

FILIPA AMARO DA COSTA BOUÇA NOVA

A ESCOLARIDADE NOS RECLUSOS:

IMPORTÂNCIA MÉDICO-LEGAL

Dissertação de Candidatura ao grau de Mestre em Medicina Legal, submetida ao Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.

Orientador – Doutora Mónica Elisabete Cunha

Categoria – Professora Adjunta

Afiliação – Escola Superior de Enfermagem do Porto

AGRADECIMENTOS

Com muito carinho, agradeço a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho que foram, de certa forma, uma motivação, uma inspiração e um apoio para a realização do mesmo.

Por todo o incentivo, colaboração, inspiração e apoio, gostaria de agradecer com carinho à Professora Doutora Mónica Elizabete Cunha da Silva, orientadora desta tese, por toda a atenção prestada, amizade e disponibilidade, obrigada por todo o incentivo e pela confiança concebida neste trabalho, por me acompanhar numa fase importante como esta, um beijinho enorme com muito carinho;

A minha gratidão à Professora Doutora Maria José Carneiro Sousa Pinto da Costa, coordenadora deste mestrado, pela atenção, disponibilidade e colaboração;

A todos os reclusos dos Estabelecimentos Prisionais do Porto, de Santa Cruz do Bispo, Especial de Santa cruz do Bispo, de Braga, de Guimarães, de Viana do Castelo e de Vila Real, a minha gratidão pela colaboração e pela simpatia com que me receberam, a qual sem eles não seria possível a realização deste trabalho;

Aos Directores dos Estabelecimentos Prisionais, assim como os guardas prisionais e técnicos de Serviço de Educação pela atenção e confiança que me foi prestada e pela simpatia com que me receberam;

À Direcção Geral dos Serviços Prisionais, pela autorização, e atenção que me foram concebidas;

À minha família querida, pelo apoio incondicional, inspiração e carinho enorme que partilhámos, obrigada por toda a força que me deram nos momentos mais difíceis, gosto muito de vocês;

Aos meus amigos, obrigada por toda a motivação, pelo apoio pela amizade que nos une há anos, obrigada pela partilha de ideias, atenção e motivação que me prestaram, obrigada por fazerem parte, um beijinho especial à Mekas pelo apoio e carinho. À Bu e ao João por todo o suporte, carinho e por aquilo que nos une;

RESUMO

Existem inúmeros fatores responsáveis pela prática criminal. Quando um indivíduo pratica um crime é sujeito ao cumprimento de pena como forma de punição, em que, dependendo do tipo de crime que exerceu, cumpre um determinado tempo dentro de um Estabelecimento Prisional (EP). A educação é algo transmitido que ajuda na formação de um carácter e na toma de atitudes, influencia na formação de condutas e na participação de atos. Sendo a criminalidade algo que poderá ser influenciado pelas experiências da pessoa, a delinquência pode ser resultado de vários fatores, sendo um deles a ausência de boas práticas educativas.

A condição de privação de liberdade não implica que os indivíduos percam o direito de aprender, de se formarem e desenvolverem qualificações para facilitar a sua reinserção social, funcionando como uma reabilitação de forma a incentivá-los a criar uma nova vida quando acabarem de cumprir a sua pena, sem recorrer a atos criminais.

Neste trabalho pretendeu-se analisar o grau de escolaridade dos reclusos em sete EP na área do grande Porto. O estudo incidiu nos seguintes EPs: EP do Porto, EP Santa Cruz do Bispo, EP Especial Santa Cruz do Bispo, EP Viana do Castelo, EP Vila Real, EP Braga, EP de Guimarães. São objectivos deste trabalho compreender de que maneira é que a população reclusa aproveita a oportunidade de estudar fornecida pelo EP, compreendendo assim qual o grau de escolaridade que se encontram a frequentar, e qual o grau de escolaridade concluído dentro dos Estabelecimentos Prisionais, fazendo também uma comparação com o género da população reclusa e o tipo de pena a cumprir, com o intuito de perceber se existem diferenças em função desses elementos.

Os resultados do presente trabalho realçaram uma forte percentagem de reclusos a frequentar o 3º ciclo de escolaridade. A população reclusa que não se encontra a estudar tem o 2º ciclo concluído dentro do EP. De acordo com o género da população não se verificaram diferenças relativamente ao grau que frequentam ou já concluíram, e o tipo de pena não mostrou influência em função do grau de escolaridade já concluído dentro do EP pela população reclusa.

A educação é um direito que cabe a todos e é uma ferramenta essencial na reinserção social. É uma questão de saúde pública. Este trabalho fornece dados originais e complementares, que poderão contribuir para uma possível intervenção mais orientada e direccionada.

ABSTRACT

There are Several factors responsible for criminal activity. Education is something that's transmitted, helps the creation of a personality, influences the actions that are taken and the formation of conduct as well. Being criminality something that can be influenced by the experiences of the person itself, delinquency may be the result of several factors, being one of them absence of good educational practices.

The deprivation of liberty does not imply that individuals lose the right to learn, to train and develop skills to ease they're social reintegration, working has a rehabilitation to push them towards a new life after they're jail time instead of going for criminal acts again.

In this work it's pretended to analyze the school degree of the inmates in seven prison facilities (PF) in the large area of Porto. The study focused on the following PFs: PF of Porto, PF of Santa Cruz do Bispo, Special PF of Santa Cruz do Bispo, PF of Viana do Castelo, PF of Vila Real, PF of Braga and PF of Guimarães. The main goal of this work is to understand how the inmate population takes the chance they're given by the PF to study, learning that way what school degree they're at and the school degree finished inside the Prison Facilities, comparing as well with the kind of inmates as much as they're time inside, in order to understand if there are discrepancies around this elements.

The results of this work bring out a strong percentage of inmates with the third cycle of school degree. Those who are not studying have the second cycle of school degree finished inside the PF. According to the inmate population gender, they're not differences regarding the degree and the ones finished, and the time they're in for did not have any influence regarding the school degree finished inside the PF by them.

Education is a human right for everybody, and an essential tool for social reintegration. It's a question of social health. This work gives original data that can contribute for a possible, and more oriented intervention.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Medicina Legal.....	1
Origem da Medicina Legal.....	2
Desenvolvimento periódico.....	2
Áreas de atuação da Medicina Legal e as suas competências.....	3
Psiquiatria Forense.....	5
Psiquiatria Forense.....	5
Importância da Psiquiatria Forense.....	5
Exame pericial.....	5
História da Psiquiatria Forense.....	6
A importância da escola no combate ao crime e delinquência.....	8
Fatores sociais.....	8
O ensino.....	10
Educação de adultos.....	11
O insucesso escolar como causa de arrepsia à escola nos adultos.....	14
Insucesso Vs. Indisciplina.....	15
A importância do papel do professor perante alunos indisciplinados.....	16
A educação em contexto prisional.....	18
História da prisão.....	18
Prisão Escola – contextualização na Europa e nos EUA.....	19
Prisão Escola – contextualização histórica e atual em Portugal.....	21

Educação – um Direito Inalienável.....	24
Importância do papel do professor na prisão.....	25
Caraterísticas da reclusão.....	27
Modalidades/ competências dentro dos EP.....	27
EP especiais – a prisão no feminino.....	28
Caraterização da população reclusa em Portugal – dados de 2010.....	30
A prisão em Portugal - legislação e regulamentos.....	31
A reinserção social.....	33
Escolaridade – um contributo para a reinserção social.....	34
Iniciativas comunitárias.....	35
Objectivos.....	37
Materiais e Métodos.....	39
Metodologia de recolha e análise de dados.....	40
Resultados.....	45
Discussão.....	51
Conclusão.....	59
Referências Bibliográficas.....	61

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – tabela resumo com dados relativos ao estudo.....	46
Tabela 2 – participantes a quem foi dada a oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP em relação ao grau de escolaridade que se encontram a frequentar	46
Tabela 3 – participantes a quem foi dada a oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP em relação ao grau de escolaridade realizado.....	47
Tabela 4 – participantes que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP, do sexo feminino e do sexo masculino, em relação ao grau de escolaridade que se encontram a frequentar.....	47
Tabela 5 – participantes que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP, do sexo feminino e do sexo masculino, em relação ao grau de escolaridade realizado.....	48
Tabela 6 – participantes do sexo feminino e masculino que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP, que já terminaram ou que ainda se encontram a frequentar a escola.....	48
Tabela 7 – participantes que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP e grau de escolaridade concluído em função do tipo de pena a cumprir.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS

ANEFA – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos

CE – Cidadania e Empregabilidade

DGSP – Direção Geral dos Serviços Prisionais

DL – Decreto - Lei

EFA – Educação e Formação de Adultos

EP – Estabelecimento Prisional

FB – Formação Base

FP – Formação Profissionalizante

INML – Instituto Nacional de Medicina Legal

ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada

LC – Linguagem e Comunicação

MV – Matemática para a vida

PNAEBA – Plano de Alfabetização de Base de Adultos

RAVE – Regime Aberto Voltado para o Exterior

RAVI – Regime Aberto Voltado para o Interior

RCC – Referencial de Competências-Chave

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

INTRODUÇÃO

1. MEDICINA LEGAL

1.1. Origem da Medicina Legal

A Medicina Legal surgiu quando foi necessário para o Homem impor justiça na sociedade em que vivia. Pode-se dizer que antigamente os crimes eram fáceis de resolver, apesar da justiça ser completamente diferente daquilo que é hoje em dia. O crime existe desde que o Homem existe, pois o Homem é o responsável pelas práticas criminais [1]. Hoje em dia a resolução de um ato criminoso é feito através de uma fase processual onde o Juiz decide, perante Tribunal, as medidas necessárias a tomar [1, 2]. A Medicina Legal abrange o comportamento humano ao longo do tempo, perante atitudes que vão sendo ponderadas numa avaliação ética, para que possa contribuir para a gestão da justiça de maneira a conquistar uma certa estabilidade entre as pessoas em sociedade [3].

A Medicina Legal foi evoluindo ao longo do tempo e, até ser aquilo que é hoje, passou por vários períodos em que cada um foi desenvolvendo o seu conceito. São cinco os períodos responsáveis por este desenvolvimento ao longo da história: O Período Antigo, o Período Romano, o Período Médio ou da Idade Média, Período Canónico e o Período Moderno ou Científico [1].

1.2. Desenvolvimento periódico

No período antigo a Medicina Legal era considerada uma arte, a necropsia, por respeito ao cadáver, era banida por estes serem considerados sagrados. No Egipto os crimes de natureza sexual eram condenados e na China foi elaborado o tratado “Hsi Yuan lu”, um valioso documento médico-legal que lecionava sobre o exame post-mortem. Uma parte da medicina judiciária era colocada em prática quando se tratava de violações, homicídios, lesões corporais e problemas de ordem moral. Finalmente criou-se a independência do direito graças aos ideais morais de cada geração e ao Cristianismo [1].

No Período Romano, a necropsia ainda era proibida devido ao respeito pelos cadáveres, no entanto já se examinavam os cadáveres externamente e a medicina e o direito emanciparam-se, visto os códigos de Justiniano [1].

No período médio ou da idade média, houve uma contribuição do médico em aplicar a justiça, isto é, os julgamentos eram apoiados no parecer dos médicos conforme a lei

sálica na germânica e nas Capitulares de Carlos Magno, havendo uma contribuição maior do médico para o direito. Porém, após Carlos Magno, sucedeu-se a extinção da Medicina Legal onde a penalidade dependia do dano causado e invoca-se o Juízo de Deus [1].

Surge, no período canônico, o primeiro documento organizado de Medicina Judiciária que determina os pareceres do médico antes das decisões do juiz. Este período é assinalado pela edição do Código Criminal Carolino, em 1537, passando a haver, obrigatoriedade à perícia [1, 3].

O Período Moderno ou Científico é marcado pela publicação da obra “Quaestiones Medico Legales Opus” de Paulus Zacchias, onde compreendia tudo o que se sabia sobre Medicina Legal. É, por isso, ainda considerado por muitos autores como o verdadeiro fundador de Medicina Legal. No que diz respeito à Medicina, este período reflete a apresentação de várias teorias sendo considerado um período em que o homem científico é um homem confuso. No entanto é no Século XIX que a ciência ganha total independência e evolui, onde são notáveis progressos no conhecimento humano marcados pela invenção de novos aparelhos, técnicas e conhecimentos abrangidos. O exame necroscópico pode finalmente ser utilizado como fins jurídicos [1].

Hoje, o conceito de Medicina Legal engloba um conjunto de conhecimentos médico-psico-biológicos que se aplicam às variadas expressões de Direito, como Direito penal, direito civil, direito de trabalho e direito administrativo. Pretende-se, então, que a Medicina Legal contribua para administrar a justiça de forma humana e exata, de modo a manter um certo equilíbrio entre a medicina e o direito. Sendo esta uma ponte entre os dois, cabe-lhe a análise de questões científicas de forma a manter esse equilíbrio entre ambos, mas mantendo sempre superior a dignidade da pessoa humana [3].

A Medicina Legal compreende a Medicina Legal Restrita, onde interfere o conhecimento médico, e a Medicina Legal Ampla que compreende diversos ramos para além da medicina onde são aplicados os conhecimentos das diferentes ciências forenses [3].

1.3. Áreas de atuação da Medicina Legal e as suas competências

Antigamente, a Medicina Legal apenas se restringia à tanatologia, pois cabia aos médicos prestar cuidados de saúde aos seus doentes, não sendo valorizados aspetos de natureza legal, fazendo com que recolha de vestígios ou análise de consequências de

casos de violência fossem negligenciados. Porém, no último século, certas mudanças alteraram a abrangência da Medicina Legal e das restantes ciências forenses, mudanças como: o aumento de violência; o desenvolvimento da ciência médica quer a nível de cuidados quer a nível tecnológico; a noção mais abrangente de saúde; o posicionamento do direito e da lei face aos direitos humanos e o alargamento dos cuidados de saúde, desenvolvendo programas sobre as necessidades de prevenção da violência. A Medicina Legal trata-se duma ciência em constante evolução, implicando constante adaptação a novas tecnologias e descobertas científicas. O seu posicionamento entre as ciências biológicas e o direito concede à Medicina Legal uma perspetiva transdisciplinar, fazendo apelo também às ciências sociais, onde compete não só a resolução do caso mas também a contribuição terapêutica da situação [4].

Designam-se áreas de atuação da Medicina Legal: Medicina Forense (inclui a Tanatologia Forense, Clínica Médico-Legal, Psiquiatria Forense); outras ciências forenses (Toxicologia Forense, Genética e Biologia Forense, Anatomia Patológica Forense, Psicologia Forense, Criminalística, Antropologia Forense, Odontologia Forense) [4].

Na Medicina Forense, espera-se que os profissionais sejam capazes de [4]:

- a) Selecionar, preservar e acondicionar vestígios;
- b) Identificar e caracterizar lesões físicas, psicológicas e sociais (a frequência, as causas, os mecanismos e os tipos de lesões);
- c) Identificar, caracterizar e avaliar as consequências permanentes dessas lesões (sequelas, capacidades, subjetividade e situações de vida diária);
- d) Determinar a relação entre lesões e sequelas (o nexo de causalidade);
- e) Determinar a relação entre consequências físicas, psicológicas e sociais;
- f) Esclarecer sobre a forma como as lesões podem afetar o desenvolvimento físico e psicológico das crianças e jovens, assim como a independência e autonomia de uma pessoa, particularmente no caso de pessoas idosas;
- g) Identificar e despistar vítimas potenciais;
- h) Articulação com os diferentes profissionais das outras ciências forenses para melhorar e esclarecer os casos;
- i) Conhecer os procedimentos seguidos na investigação de crimes contra pessoas, assim como colaborar;
- j) Trabalhar em conjunto com os serviços médicos e outros serviços de apoio de vítimas que visam orientar o seu tratamento e reintegração/reinserção;
- k) Compreender as questões éticas e legais levantadas pela prática médico-legal;

- l) Apresentar de forma clara, ao sistema de justiça, o resultado das perícias efetuadas, através de relatórios médico-legais objetivos e bem sistematizados.

2. PSIQUIATRIA FORENSE

2.1. Psiquiatria Forense

A Psiquiatria Forense é um dos ramos da Medicina Forense e a sua eficiência destaca-se no estudo de alterações e perturbações do Homem, isto é, de desvios considerados anormais. É o saber médico mais humano, sendo esta uma grande escola de humildade. Procura compreender problemas psicológicos /psiquiátricos [3].

A Psiquiatria Forense atua numa interface de duas disciplinas: a psiquiatria e o direito. O termo Forense significa foro – tribunal, isto é, as questões relativas a psiquiatria são levadas a tribunal e os conhecimentos periciais, científicos e clínicos são aplicados neste contexto. Num sentido mais simples, é uma avaliação da psiquiatria e da justiça, em análise do comportamento humano numa perspectiva legal [5].

2.2. Importância da Psiquiatria Forense

O interesse da legislação da saúde mental vai pela configuração natural da terra e perda do humanismo que a pessoa sofre, que acabam por contribuir para a instabilidade emocional, insatisfação existencial e ansiedade. A importância da psiquiatria reside no facto de, cada vez mais surgirem dúvidas quanto à origem do comportamento criminal ter ou não a ver com o estado psicopatológico de cada um e à existência de alterações psicológicas [3].

2.3. Exame pericial

A prova pericial engloba dois momentos essenciais: o exame e a perícia. Os exames são uma forma de obter uma prova, são constituídos por observações efetuadas de forma a conseguir provar algo em tribunal. A perícia é analisar os meios de prova,

interpretação dos factos a provar. O exame pericial ou exame médico-legal é o momento indispensável para posteriormente ser feita a perícia, a perícia exige o exame sendo que o exame é uma parte integrante desta.

A prova pericial é apresentada na forma de um relatório efetuado pelo perito, onde são compreendidos os resultados dos exames e a sua interpretação, com uma conclusão devidamente fundamentada. O perito dá a resposta imparcial e objetiva do objetivo da perícia numa linguagem simples, de forma a ser compreensível por todos. Os peritos que realizam as provas são mencionados pelo Tribunal (artigo nº 152 CP), o pedido chega aos peritos através do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), mas também é feito pelo Tribunal ou pelo Ministério Público [6].

Em Portugal, a realização de perícias ocorre nos serviços médico-legais do INML e compreende vários serviços técnicos: Patologia Forense, Clínica Forense, Toxicologia Forense e de Genética e Biologia Forense. Os serviços de Clínica Forense são responsáveis pela realização de exames e perícias em pessoas, para avaliação de danos provocados na integridade psico-física nos diversos domínios do direito: Penal, Civil e de Trabalho. Compete-lhe também a realização de perícias de natureza psicológica ou psiquiátrica. A avaliação psicológica/psiquiátrica pode ser realizada quando solicitada à delegação por outros serviços públicos ou privados, quando possuem competências para tal, de acordo com a lei [6].

2.4. História da Psiquiatria/ Psicologia Forense

Ao longo do tempo destacaram-se importantes ocasiões marcantes para a psicologia e a justiça e ao longo da história foi possível determinar os momentos mais marcantes que tornaram a psicologia forense uma ciência e uma profissão essenciais para problemas relacionados com a área jurídica. Desta forma, foram explorados os diversos domínios da área da psicologia em Portugal, nomeadamente a psicologia em contextos judiciais. Um deles foi a obra publicada por Ferreira Deusdado em 1890 “Essais de Psychologie Criminelle” que chamava a atenção para fatores da génese do crime. Em 1918 a psicologia surge ligada a avaliações da criminalidade, em que Luiz Viegas procede à transformação do Posto Anthropométrico do Porto. Mais tarde, surge a aplicação de estudos psicológicos a delinquentes, fruto do empenho de Luiz Pina na direção do Instituto de Criminologia do Porto. É importante referir que, para além destes avanços, foi na década de sessenta que a contribuição da psicologia na área da justiça deixa de fazer efeito em termos de apresentação de estudos, onde levava os Institutos de

Criminologia do Porto, Coimbra e Lisboa a uma situação negativa. No entanto, com o surgimento do novo Decreto-Lei (DL) 96/95 de 10/5, foram reativados. No final dos anos 70 começam a surgir, nas Universidades portuguesas, cursos oficiais de Psicologia, no entanto, no fim desta licenciatura não se mencionava nenhuma ligação entre a psicologia e a justiça [5].

Na década seguinte a psicologia e a justiça já se encontravam ligadas e já era mencionado o contributo da psicologia para a justiça e vice-versa. Foi então que alguns dos acontecimentos marcantes da história tiveram um grande contributo para a evolução da psicologia juntamente com a justiça. A primeira viragem marcante foi em 1982 e 1987, em que o saber jurídico já procurava métodos psicológicos a fim de contribuir para uma aprovação jurídica, sendo essencial a necessidade de perícias psicológicas específicas. Destaca-se, então, a aprovação da nova Legislação Penal e Processual nesta data. Surge também o Instituto de Reinserção Social, agora chamado de Direção Geral de Reinserção Social, que se destinava a executar medidas mais flexíveis de pena de prisão com o apoio dos tribunais, em que compreendia a tutela de menores. Foi um dos locais que mais empregou psicólogos em Portugal, pela necessidade de técnicos nesta área. Assim como a Instituição de Reinserção Social, também a Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) empregou psicólogos e outros técnicos, cada vez mais necessários nesta área [5].

Em 1985 surge, na Faculdade de Psicologia, a institucionalização da formação académica da psicologia e, mais tarde, em 1991, surge a mesma formação no Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, juntamente com pós-graduações em Psicologia Legal, no ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada). Em 1997 surge a formação em Psicologia Criminal e do Comportamento na Universidade Lusófona [5].

A oferta de intervenção profissional, a produção científica a nível da investigação e a formação académica levaram à evolução da psicologia como a ciência forense que é hoje. Isto permitiu uma expansão e criou condições para solidificar teorias e práticas psicológicas, de forma a tornar a psicologia forense uma ciência estável, se não uma das mais estáveis em termos forenses [5].

3. A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO COMBATE AO CRIME E DELINQUÊNCIA

3.1. Fatores sociais

A educação contribui para a autonomia, formação e inserção de um indivíduo na sociedade e fornece meios adequados para que um indivíduo saiba confrontar quaisquer situações, assumindo as suas responsabilidades. É facultada num bom sentido, com o fim de atribuir uma boa qualidade de vida a uma criança/jovem. Existem diversos motivos para um jovem abandonar a escola e a maior parte das vezes deve-se ao insucesso escolar. A reeducação é um aspeto importante a referir, quando se fala de indivíduos adultos, que, por diversas razões, não aproveitam a oportunidade de estudar enquanto jovens, podendo ter essa oportunidade mais tarde [7].

A falta de escolaridade pode influenciar de forma negativa o futuro de um indivíduo, por falta de habilitações e qualificações profissionais. A prática criminal pode ser consequência de diversos fatores, sendo que a criminalidade poderá ser resultado da ausência de educação ou de más práticas educativas. Salvaguarda-se que estes não serão fatores de relação causa-efeito [8].

Os indivíduos que se encontram sob pena de privação de liberdade encontram-se numa situação vulnerável no que diz respeito à perda do direito à liberdade, não sendo a educação um deles. Desta forma mesmo sob pena de prisão, têm o direito de iniciar/aumentar o seu grau de escolaridade. A escola em meio prisional é uma forma de reabilitação e tem como principal objetivo facultar aos reclusos os meios necessários para seguirem um caminho longe do crime assim que acabarem de cumprir o seu tempo de pena. Ajuda a iniciar/terminar os estudos necessários para terem qualificações profissionais essenciais para uma vida futura estável, a nível económico, social e pessoal [2].

Existem inúmeros fatores sociais responsáveis pela prática do crime, que levam um indivíduo numa situação de desespero a praticar ações contra a lei, numa tentativa de conseguir combater os respetivos fatores. Apesar de existirem diversos tipos de criminosos na sociedade, que pertencem a uma certa classe social, são os indivíduos carentes a nível financeiro que detêm uma maior criminalidade [7].

A educação é um fator que atua na infância e ajuda na formação do carácter de um indivíduo, juntamente com outros factores, como a genética que influenciam na formação da conduta. Estes fatores são responsáveis pela tomada de opções na participação de

atos. Sendo auxiliar do bom comportamento, é inegável a influência que a educação tem a nível de atitudes [7].

Segundo o estudo de Gabriel (2007), as fracas competências escolares podem contribuir para a delinquência, podendo haver uma sequência de acontecimentos: fracas competências - dificuldades em arranjar um emprego estável - má situação a nível financeiro - necessidade de contributo económico – prática do crime [8].

A educação e a aprendizagem são elementos essenciais ao longo da vida, vão sendo construídas. As crianças constroem-na e juntamente com os respetivos componentes, a prática educacional é tida num bom sentido, originando assim uma grande probabilidade de boa qualidade de vida no futuro de cada criança, componentes como: competências sociocognitivas; tomada de consciência; emoções; desenvolvimento do carácter; saúde psicológica e competências de aprendizagem [7].

A reeducação é um aspeto importante na toma de decisões quer a nível pessoal, quer a nível profissional. Da forma que o ensino é importante no futuro de uma criança, também é importante para indivíduos que, por vários motivos possivelmente existentes, não tiveram essa oportunidade quando crianças ou não a aproveitaram. Assim, existem oportunidades de estudo para os adultos que necessitem ou se interessem em atingir um certo grau de escolaridade, sendo um aspeto positivo a nível profissional [7].

A escola tem um contributo importante na reinserção social, para os adultos que não têm qualificações suficientes, uma nova oportunidade de estudo também ajuda nesse aspeto, uma vez que eleva o nível de qualificações o que torna possível uma vida estável a nível profissional, eliminando a possibilidade de recorrer ao crime. Actualmente é cada vez mais complicado encontrar emprego. Acontece tanto para aqueles que se formam como para quem é analfabeto, sendo que os últimos têm a tarefa mais dificultada, uma vez que não preenchem requisitos que lhes são facultados pelas entidades empregadoras, existindo assim, entraves por parte da sociedade [2].

A situação piora quando se fala em adultos em situação de privação de liberdade,. Nesta situação estes têm a oportunidade de iniciar/concluir os estudos, o que a nível social pode ajudar, uma vez que se trata da reabilitação do recluso. Quando se fala em reabilitação, fala-se de uma forma de afastar o recluso da vida de crime, combatendo a possibilidade de um novo envolvimento no crime [2]. Actualmente para adultos com cadastro ainda se torna mais complicado encontrar um emprego. Muitos empregadores dificultam a oportunidade a quem não tenha o cadastro criminal limpo, para além de que cada vez mais é exigido um certo nível de qualificações para trabalhar. Estas situações

podem dificultar a reinserção social dos ex-reclusos. A escola traz sempre vantagens para os indivíduos que não têm qualificações, uma vez que preenche qualidades profissionais e ajuda na vida futura de indivíduos que se encontrem em pena de prisão [9].

3.2. O ensino

O ensino é algo que está presente ao longo de toda a vida. Manifesta-se de diversas formas, mesmo sem nos apercebermos. Todos os dias aprendemos algo, adquirimos conhecimentos. Ao realizarem as suas actividades, as pessoas estão a construir novas formas de educação e progressivamente a desenvolverem-se a vários níveis, nomeadamente a nível económico, social e pessoal [10]. A educação é um processo de crescimento global e que se exerce em todos os lugares, faz parte do quotidiano humano [8]. Uma vez que se inicia o processo de aprendizagem, desenvolvem-se novas perspectivas ao estudante e, deste modo, as culturas humanas vão progredindo à medida que se transmitem conhecimentos juntamente com a experiência de cada um [10].

A educação fornece ao indivíduo, enquanto cidadão, a sua autonomia e contribui para a participação deste na sociedade em que se insere. De acordo com Brito (2009), a educação desenvolve-se sob três pilares de conhecimento: aprender a conhecer, que proporciona o gosto pela aprendizagem que por si só é o passaporte para uma educação permanente; aprender a fazer, para que as pessoas se sintam capazes de confrontar quaisquer situações relacionadas com a profissão e aprender a ser, estabelecendo assim, as capacidades de cada um de se tornar independente assumindo as suas responsabilidades [11].

A formação e a aprendizagem fazem parte da existência humana, são condições de interações de conhecimentos que se adquirem ao longo da vida, compreendem uma construção do Homem no mundo, sendo o sentido da formação o sentido de ser. Aprender é um desejo de todo o ser humano. A aprendizagem e a formação são uma aproximação do sujeito ao mundo, sendo questões identitárias e sociais [12].

3.3. Educação de adultos

Quando se fala em educação facilmente é feita uma associação com crianças e jovens, porém, não implica que esta seja dirigida somente a estas faixas etárias, pois cada vez mais é de extrema importância a educação de adultos [11].

A educação de adultos é um fenómeno que sempre existiu, logo após a II Guerra Mundial, teve um grande desenvolvimento e um aumento evidente de iniciativas, assim como uma grande extensão para o público, pois havia uma grande necessidade de produção nessa altura. Confrontou-se então, com um processo complexo que se afirmou em três planos: plano de prática educacional, plano institucional e plano profissional. Segundo Nascimento (2009), o plano de prática educacional foi composto em torno de quatro eixos fundamentais: alfabetização, formação contínua, o desenvolvimento local e animação sócio-cultural. A alfabetização como uma oportunidade para facultar estudos básicos, para aqueles que apresentam maiores dificuldades; a formação contínua que permite o aperfeiçoamento e deste modo, garante conformidade a nível económico, social e cultural; o desenvolvimento local que tem como principal objetivo desenvolver a comunidade; e a animação sociocultural que funciona como uma ocupação de tempos livres [10].

Embora a educação de adultos sempre tenha existido [10] é na década de 70 que se começa a desenhar um novo conceito associado à educação de adultos, em que é finalmente entendida como um processo de desenvolvimento global que é aceite por todos [8] e que se define em termos filosóficos, epistemológicos e teóricos. A educação de adultos emergiu como uma contracultura definindo-se por discórdia às normas tradicionais de educação [10].

De acordo com Gabriel (2007), a alfabetização e o desenvolvimento económico até aos anos 90 eram as principais preocupações na educação de adultos, no entanto, situações como a exclusão social continuam a existir na atualidade gerando desigualdades sociais. Um dos grandes problemas que surge na educação de adultos, além da exclusão social, é o desemprego juntamente com a marginalidade. A educação de adultos dirige-se para aqueles que são mais desfavorecidos, que não tiveram oportunidade nem condições financeiras para realizar atividades educacionais quando mais jovens [8].

Em Portugal a educação de adultos sobreveio ligada a movimentos religiosos e sociais e foi em 1979 que foi aprovada a lei nº 3/79 sobre a erradicação do analfabetismo e a educação de adultos, surgindo o Plano de Alfabetização de Base de Adultos

(PNAEBA). Em 2000 foram criados os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) acordados em modelos inovadores permitindo responder às necessidades de cada um, tendo em conta as características de flexibilidade, individualização e contextualização, em termos de redução dos défices de qualificação da população e de responsabilidade, aumentando os níveis de qualificação profissional promovendo uma maior inclusão social, que consequentemente diminui taxas de desemprego e marginalidade [8].

Analisando as várias áreas de ensino e formação de adultos, chegou-se a uma conclusão evidente, as crianças e os adultos não aprendem da mesma forma [8]. O facto dos formadores que lecionam no contexto de educação no adulto serem os mesmos que no contexto de educação em jovens e crianças, acaba por ser prejudicial. Isto demonstra que o sistema de ensino regular sente uma certa dificuldade em adaptar-se ao ensino adulto. Uma criança apresenta vários aspetos a desenvolver, ainda tem muito para formar. Um adulto apresenta habilitações bem desenvolvidas, aspectos que foi formando com a sua experiência e, quando se depara com qualquer aprendizagem nova, esta terá de ser integrada num contexto de informações e conhecimentos que já existem, isto é, a educação deve moldar-se ao adulto, ao conjunto de conhecimentos previamente existentes que fazem parte de todo o seu processo de aprendizagem e é isso que torna o seu ensino diferente. Nascimento (2009) considera que a formação destinada a este público-alvo necessita de profissionais com capacidades de formação para os adultos. Assim foram desenvolvidos métodos e técnicas adequadas que, de certa forma, aumentaram a motivação do público pelo facto de existirem modelos dirigidos exclusivamente ao seu ensino [10].

Na educação de adultos é necessário ter em conta que eles possuem os seus conhecimentos e experiências e estes devem ser integrados na educação. Um outro aspeto importante é a motivação de cada um, pois o interesse em se formar deve partir do adulto. Este deve tomar a iniciativa de se formar e no final ser recompensado no sentido de aumentar o seu desenvolvimento a nível pessoal e profissional [10].

A formação profissional sucede com o intuito de satisfazer as necessidades complexas ligadas à evolução da sociedade e, assim, facultar novas qualificações e, consequentemente novos empregos. A nível global, a sociedade passou por mudanças ao minuto, assim assiste-se a uma grande evolução tecnológica. De forma a acompanhar essa evolução, existiu um aumento exponencial das modalidades de formação profissional com tendência a satisfazer necessidades ligadas a essa evolução na sociedade [10]. Os trabalhadores devem procurar atualizar-se em relação a estas evoluções para se adaptarem a uma nova tecnologia, principalmente os menos

qualificados. Deste modo é importante garantir a adesão à modernidade técnica. A adesão a estes projetos oferece garantias à sociedade, assegurando a formação como sendo uma aprendizagem ao longo da vida e assegura também uma atualização permanente vantajosa em variadas áreas, aumentando assim as competências profissionais na sociedade [10].

A iniciativa por parte dos adultos em querer aprender, foi aumentando ao longo do tempo e, com a evolução na sociedade, foi visível a criação de novos empregos e novas qualificações dirigidas a este público [10].

Os cursos de formação contínua dirigidos aos adultos procuram desenvolver o formando e satisfazer as suas necessidades. Assim o formando exibe um papel ativo na configuração do seu percurso formativo sendo indispensável a sua contribuição na sua própria formação profissional. A formação contínua deve ser adequada para todo o tipo de pessoas, isto é, deve ser adaptada para o tipo de formação que cada sujeito apresenta e apresentar uma linguagem que seja compreendida por todos. Para a conceção da formação é necessário ter em conta que esta apresenta desafios, sendo que estes se situam em quatro planos: plano cognitivo, plano metodológico, plano institucional e plano sociológico [10].

A fim de conseguir uma correta formação, o adulto necessita de ter a sua própria autonomia, manter o seu perfil e ser maleável aos conhecimentos que lhe são fornecidos, mantendo sempre presentes as suas experiências vividas, juntamente com aquilo que lhe é transmitido em termos de ensino, e assim formar-se individualmente, não colocando seus conhecimentos de lado, mas sim usando-os de forma a aumentar a sua cultura. O adulto deve utilizar a sua experiência e histórias de vida para refletir sobre a formação. Nascimento (2009) refere que a formação é desenvolvida através da experiência, isto é, a formação não acontece se não for vivida e refletida e, por isso, é necessário que o adulto esteja disponível para aprender. Assim, viver é adquirir experiências, experiências essas que são indispensáveis à formação do adulto [10].

Juntando a perspetiva dos diferentes autores, pode-se concluir que a educação fornece autonomia ao sujeito, a formação e a aprendizagem como condição humana, fazem parte da existência de cada um, e no adulto a educação tem de ser integrada num conjunto de conhecimentos e informações já existentes que fazem parte da experiência de vida. Além de existirem problemas como a exclusão social, que levam ao desemprego e aumento de marginalidade, os cursos de formação de adultos evoluíram devido aos novos modelos de formação acordados, aumentando a motivação inclusão social de cada um, diminuindo, conseqüentemente, o nível de desemprego e de marginalidade. A

formação profissional surge com o intuito de satisfazer as necessidades de evolução social, aumentando assim qualificações profissionais e oferecendo novos empregos. A educação de adultos tem como principal finalidade satisfazer as necessidades de cada um, respeitando a vontade de aprender e a iniciativa que apresentam, recorrendo às suas experiências de vida, tornando a educação uma forma que estes têm de se desenvolverem ao longo da vida e de usufruírem de uma educação permanente.

3.4. O insucesso escolar como causa de arrepsia à escola nos adultos

As situações de insucesso escolar podem levar conseqüentemente ao abandono escolar. Quando um aluno se encontra numa situação em que não se sente favorecido a este nível associa várias experiências negativas à escola, o que, por sua vez acaba por desmotivar o aluno, levando-o a questionar o papel atribuído à escola e de que modo poderá a escola contribuir duma forma positiva para o seu futuro, uma vez que sente que não é bom a estudar. Esta é uma questão delicada e torna-se mais pertinente quando afeta jovens de famílias de menores recursos, isto é, a origem social do aluno é uma das características que pode pesar em relação à questão de insucesso, por muitas vezes não haver os meios necessários, o que pode levar à desmotivação [13].

O insucesso implica uma variedade de causas, realidades que deverão ser tidas em conta quando se está perante condições de insucesso escolar. Assim será importante perceber três dessas realidades: o aluno, o meio social e a instituição escolar [14].

A primeira dirige-se essencialmente ao ambiente restrito em que o aluno se encontra, isto é os fatores individuais de cada um. Refere-se às maiores ou menores capacidades que cada um tem, os seus dotes naturais. Como afirma no seu livro, Sil, V. (2004), nas décadas de 50 e 60, o insucesso era considerado como insucesso do aluno, ele é que influencia negativamente o seu rendimento, assim como os estratos sociais serem uma influência no sucesso/insucesso dos alunos. No entanto, as políticas educativas foram progredindo criando-se a igualdade de oportunidades em educação, fazendo com que a problemática do insucesso escolar fosse profundamente alterada e posteriormente melhor compreendida [14]. Serão os fatores individuais uma razão plausível para este insucesso? A verdade é que a vontade de cada aluno é essencial para que o sucesso se atinja, mas não será propriamente o nível de inteligência o único fator de insucesso. Cada aluno tem um ritmo próprio para aprender e não é por serem menos dotados que naturalmente vão ser maus alunos. Assim ao longo do tempo as razões da problemática

do insucesso escolar foram-se alterando e foram encontradas mais razões diretamente ligadas ao mesmo.

A segunda causa é o meio sociocultural. A teoria do “handicap sociocultural” explica o insucesso através da origem social do aluno, assim quando a família é desfavorecida e tem certos défices a nível cultural acaba por prejudicar o aluno, pois não dispõe das bases culturais necessárias para o sucesso escolar. No entanto, o facto de estas famílias não serem favorecidas socialmente faz da escola uma instituição social e, por isso, muito importante, pois na sociedade dominam os estratos sociais desfavorecidos e daí a importância da escola como uma instituição social. No seu livro, Sil, V. (2004), evidencia estudos e investigações feitas nos EUA, Grã-Bretanha e França acerca do insucesso escolar. Estes estudos estruturam-se em duas perspectivas: a primeira que sendo a escola considerada uma instituição social é responsável por assegurar igualdade de oportunidades, e a segunda, que a escola é um agente educativo determinado pela sociedade [14].

A terceira causa é a própria instituição escolar. A teoria socioinstitucional justifica o caráter ativo da escola na produção do sucesso/insucesso dos alunos. A escola assume um papel importante na vida dos alunos, preparando-os para uma vida ativa. No entanto, existem fatores que podem influenciar o insucesso nesta perspetiva, tais como a distribuição dos alunos por turma, o absentismo dos professores e a construção de uma estrutura curricular uniforme [14].

Perante uma situação de insucesso, o aluno não se sente motivado pela escola e, por sua vez, acaba por abandonar os estudos, muitas vezes porque quer ou necessita de trabalhar para arranjar recursos financeiros para ajudar a sua família. Nesta situação torna-se complicado para um adulto que, perante uma nova oportunidade, aproveite novamente os estudos, isto porque não se sente confortável em voltar para um lugar onde não se sentia confiante e acerca da qual tem memórias de experiências negativas relativas à escola e ao ensino. Por isso quando confrontados com esta experiência sentem-se retraídos e acabam por hesitar [14].

3.5. Insucesso vs. Indisciplina

O insucesso escolar poderá estar diretamente ligado à indisciplina dos alunos, uma vez que não têm sucesso não se sentem motivados para continuar os estudos. Sendo a motivação a grande fonte de sucesso dos alunos, a falta dela não traz aspetos positivos.

Perante uma situação de insucesso o aluno desmotivado chega às aulas sem qualquer objetivo e não se sente satisfeito com o papel que a escola lhe atribui [15].

O insucesso causa a desmotivação dos alunos e conseqüentemente, a indisciplina. Assim para alunos que não obtêm boas qualificações, a escola acaba por ser um lugar a evitar e do qual não gostam acabando por afetar tudo que os rodeia. Em situações de indisciplina o professor deve adotar o papel de motivar os alunos. É muito importante que o professor lide com estas situações de forma a conseguir motivar de novo os alunos indisciplinados [15].

A indisciplina é um fenómeno que sempre existiu, trata-se assim de um fenómeno complexo e manifesta-se de diferentes modos com diferentes graus de intensidade e assim como o insucesso, manifesta-se devido a múltiplos fatores: de ordem social, de ordem familiar, pessoal e escolar /institucional. A indisciplina pode seguir três níveis: quando há um desvio às regras; quando existem problemas relacionados com colegas da escola; e quando problemas de relação com o professor. A instituição escolar tem um grande peso nesta situação em termos de intervenção com os problemas, o papel desta comunidade é fundamental assim como a família. No entanto, fala-se mais na instituição escolar, pois a maior parte dos problemas ocorrem dentro da escola e a forma como a escola reage a estas situações é um aspeto muito importante, e claro prevenir situações de indisciplina também. É essencial que a escola reconheça o seu papel no levantamento de resoluções destes problemas [16].

3.6. A importância do papel do professor perante alunos indisciplinados

Para os professores, um dos maiores desafios com que se deparam são os alunos indisciplinados. Essa indisciplina provém, a maior parte das vezes, de uma fonte de insucesso quando encarados pela escola, isto porque, para eles não tem qualquer importância ou alcance positivo. O trabalho escolar exige um certo esforço e naturalmente tornam-se mais fáceis os hábitos de consumo da sociedade do que propriamente o esforço que a escola exige [15].

Perante situações de insucesso, o papel do professor é muito importante, e circula à volta de despertar a sensação de satisfação pelo estudo e pela aprendizagem. O professor deve procurar despertar essa vontade de estudar, pois a motivação é um dos caminhos para o sucesso. Para isso, o professor necessita de dar o seu melhor, acreditar na sua profissão, uma vez motivado no seu trabalho, traduz uma influência positiva

perante a motivação dos alunos. A indisciplina causa mal-estar na sala de aula, torna-a num ambiente hostil, que é muitas vezes causador de um esgotamento físico e emocional dos professores perturbando o normal funcionamento da sala de aula. Pode transformar a sala de aula em tudo, menos num ambiente de aprendizagem, que deve ser um ambiente motivador [16].

Um aspeto relevante é a relação entre o professor e o aluno, sendo esta uma influência no aproveitamento escolar e, conseqüentemente, poderá diminuir casos de insucesso nos alunos. Por isso existem aspetos importantes como aceitar o aluno face às suas dificuldades e o encorajamento dos aspetos positivos da sua conduta, que servem de suporte para uma condição de sucesso escolar [14].

É de sublinhar que existem fatores responsáveis por certos comportamentos indisciplinados. As más práticas educativas podem ser uma grande influência neste tipo de comportamento, porém, é crucial que os professores tenham em mente o modo como exercem a sua profissão, a forma como podem influenciar o comportamento dos alunos e que o respeito por eles é, conquistado pela sua competência e não só pelo seu estatuto profissional. É importante saberem exercer a sua autoridade [15].

O conceito de indisciplina abrange o mau comportamento dos alunos que perturba o ambiente da sala de aula, um conceito diferente de violência escolar, sendo conceitos que podem ser confundidos erradamente. Pode-se dizer que a escola é um reflexo da sociedade atual onde existe falta de civismo ou até violência nas relações interpessoais. Não existe um padrão de aluno indisciplinado. Cada caso é um caso e em cada situação interagem diversos factores. Existem essencialmente quatro fatores que são responsáveis pelo condicionamento da indisciplina e podem estar ligados à família, à origem social, à organização da escola e às práticas pedagógicas [15].

Quando a indisciplina se deve a factores familiares pode ter que ver com, ambiente familiar em que o aluno cresceu, a indisciplina e a violência são construídas e assimiladas e muitas vezes o grande causador de indisciplina é um ambiente familiar instável. Se os pais/cuidadores das crianças tiverem uma atitude negativa, repreendendo a escola perante elas, por também terem tido experiências escolares negativas, podem estar a influenciar os filhos para adotarem atitudes semelhantes e ficarem desmotivados para aprender e ter um comportamento adequado na escola. A origem social dos alunos também pode ser um fator que pesa pois muitas vezes alunos provenientes de meios socioeconómicos desfavorecidos podem sentir dificuldades na integração escolar e na conquista do êxito. A escola pode oferecer uma ação formativa pouco diversificada que não corresponda às expectativas de alunos, o que também pode ser um fator

condicionante do insucesso, por não garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos. As más práticas educativas por parte do professor podem fazer com que os alunos desafiem os professores por sentirem que estes não são competentes a lecionar, e reconhecem menos autoridade da parte deles. [15].

4. A EDUCAÇÃO EM CONTEXTO PRISIONAL

4.1. História da prisão

A prisão é definida, ao longo da história, como uma forma de punir indivíduos que pratiquem atos contra a integridade física do ser humano, é uma forma de impor um castigo a alguém determinado por um juiz [10].

Os castigos e as diferentes formas de punir os indivíduos foram variando ao longo do tempo. Antigamente a justiça era vista duma forma totalmente diferente do que é hoje, os condenados sofriam penas cujo tratamento era desumano, não havia piedade e o sofrimento até a morte era visto como justiça. As penas variavam desde o enforcamento à guilhotina, castigo em praça pública e em que o condenado era puxado por cavalos preso pelos membros [10]. Manifestava-se então, a necessidade que se tinha de mostrar poder, através de cerimónias que puniam as pessoas em público. Existia uma política de medo para evitar reincidência de crimes, portanto as penas eram exibidas em público onde a maior parte das vezes o povo participava no tratamento da punição [2].

A exposição pública foi diminuindo e a aplicação da justiça começou a ser mais discreta e é no século XVIII, em França, que se inicia uma nova era em termos de aplicação de penas, sendo posto em causa o tratamento desumano que os condenados recebiam. Chega-se à conclusão que a execução deve atingir mais a vida do condenado do que o próprio corpo [10]. A fim de combater uma justiça ineficaz, as execuções foram suspensas, reformou-se a punição introduzindo códigos, dando oportunidade a uma forma de legislação mais humana e presenteando sustentabilidade à pena de prisão. Embora se procurasse dar uma imagem de uma melhor civilização, criando prisões com o intuito de transformar os indivíduos reparando os erros, surgiram criminosos organizados e especializados [2].

Mais tarde surge a declaração de independência do estado da Pensilvânia de 1776 e, deste modo, os castigos corporais foram sendo substituídos pela prisão. Inspirado nesta

declaração, surge o código penal Francês que, mais tarde, se propaga por toda a Europa. Embora já não houvesse exposição pública, os condenados continuavam sem poder exercer a sua humanidade. Então no século XIX foi estabelecido um sistema que garantia disciplina e os fatores determinantes eram o silêncio e a atividade comunitária. No final deste século, o silêncio, os uniformes com riscas e a marcha entraram em vigor [10], deixando para trás o castigo corporal e as punições físicas, sendo estas totalmente absolvidas. Desapareceram as mutilações, esquartejamentos, a exposição de cadáveres em praça pública que deram lugar a um sistema de privação de liberdade, a prisão. O sistema prisional aplicava a pena face ao tribunal, procurava conhecer a história do delinquente e as causas de crime, a delinquência passou a ser um objeto de estudo e orientar a elaboração dos códigos [2].

Foi então que surgiu o sistema progressivo, que consistia em fazer a pessoa cumprir a pena seguindo várias fases, sendo a última fase a liberdade condicional que era uma forma de incentivar os reclusos a adaptarem um bom comportamento, o que contribuía para a reabilitação dos indivíduos. Este sistema consistia em diversificar áreas de conhecimentos dirigida aos reclusos que, de certa forma, proporcionaria disciplina. A fim de se alcançar a reabilitação do recluso, o cumprimento de pena tinha por base três princípios: o isolamento, trabalho penitenciário e a modulação da pena [10].

Atualmente quando existe pena de prisão compreende-se um julgamento, onde o juiz decide perante tribunal se o delinquente é culpado ou não, sendo aplicado um castigo em razão da culpabilidade. Depois de condenado é conciliável a emenda e a readaptação social. A reparação do crime não deve consistir em lesão corporal, deve sim consistir numa reintegração social [2].

4.2. Prisão Escola – contextualização histórica na Europa e EUA

A meio do século XIX foram constatados discursos acerca da evolução da sociedade e os meios para tal. Intelectuais, políticos e pedagogos começaram a ver na educação uma solução para todos os males. Muitos até foram mais longe considerando uma ligação forte entre ignorância e delinquência [17].

O primeiro Estabelecimento Prisional (EP) a desenvolver o projeto de Prisão Escola era Nova-Iorque. O protótipo de corrigir com trabalho penitenciário foi substituído por um ofício rentável, em que o recluso aprendia para seu próprio interesse, facilitando a sua reinserção social. Foi em Elmira, em 1894, que todos os reclusos começaram a receber ensino profissional, com direito a diploma. Mais tarde foi instituído o sistema

Borstal no Reino Unido, dirigido a jovens delinquentes com o propósito de evitar “recaídas” e, desta forma, incentivar os jovens a aprender, sendo motivados por receberem salário próprio. Ao longo do tempo este projeto foi inspirador para alguns países da Europa, fazendo com que países como a Alemanha, Suíça, Dinamarca, Bélgica Suécia e Países Baixos, adotassem aspetos que influenciassem a educação nos reclusos como: a prática dos estabelecimentos abertos, atividades que levassem a prisão num caminho educativo, o método da observação, aplicação de testes psicotécnicos e de inteligência, e o projeto Prisão Escola [10].

A educação na prisão evoluiu mais precisamente em 1933, quando o Código Civil Criminal foi adotado nos estabelecimentos de penitenciárias, com o propósito de tratar da reinserção dos jovens delinquentes com idades entre 15 e 21 anos. Foi nesta data que a Dinamarca criou o primeiro estabelecimento com ensino para jovens dos 18 aos 21 anos [10]. Nesta altura o ensino era dirigido para os jovens, pois estes tinham falta de aconselhamento e de educação, assim o ensino passou a ser obrigatório com o objetivo de fazer com que estes, um dia, pudessem viver numa forma mais autónoma, independente e responsável [8]. A primeira Prisão Escola dirigida para adultos foi criada em 1947 em Ermingen, e apresentava um regime progressivo. A educação para os adultos começou quando estes e os jovens eram mantidos juntos e, em 1912, um Decreto pôs fim a esta situação, criando grupos homogêneos para instituir a escola [10].

Em 1974 foi adotada uma nova proposta nas prisões Dinamarquesas - Plano de Skadhaug - que serviu de influência em vários países da Europa e consistia na integração do ensino nas prisões no sistema nacional de ensino. Permitia que os reclusos que estivessem em regime aberto participassem em aulas durante o dia numa escola regular, e no regime fechado possibilitar a concessão do regime aberto [8].

Em 1989, o Comité de Ministros do Conselho da Europa adotou o ensino na prisão, implementaram-se políticas que proporcionassem um ensino na prisão semelhante ao ministrado no exterior, dando, no período de reclusão, meios e competências necessárias para que os reclusos reconhecessem a educação e promovessem o seu desenvolvimento como um todo, no contexto social, económico e cultural contribuindo assim para a reinserção social. O grande objetivo da escola na prisão era promover a reinserção social, tendo em conta competências necessárias, como a educação e a formação profissional, para que os reclusos não cometessem crimes novamente [19]. Dos anos 80 aos 90, os serviços prisionais passaram a ser financiados pelo Ministério da Educação para o ensino nas prisões. No final dos anos 90 os serviços prisionais

apresentavam contratos com diferentes centros de prestação de serviços de ensino, estando três deles autorizados a emitir notas e certificados [8].

Atualmente, de acordo com Nascimento (2009), os projetos de educação e formação profissional nas prisões são, muitas vezes, vistos como uma ocupação de tempo livre e os reclusos inscrevem-se para ter uma forma de passar o tempo. Vêm-no como um contributo para a liberdade condicional, no entanto a mesma autora refere que as formações de ensino apresentam uma maior frequência de reclusos do que as formações profissionais, mesmo tendo as últimas uma recompensa monetária, isto demonstra que os reclusos tomam iniciativa própria para estudar e aprender, mesmo não tendo recursos monetários em troca [10].

Os programas de formação necessitam de ser adaptados à população prisional, em termos de necessidades, capacidades e mercado de trabalho, de forma a permitir uma melhoria de vida no quotidiano dos reclusos e o seu regresso à sociedade, desenvolvendo as suas competências individuais de acordo com as tendências do mercado de trabalho. Durante o período de reclusão, a educação vai permitir desenvolver a auto-estima dos reclusos, melhorando oportunidades de arranjar um emprego quando saírem. Isto é um aspeto muito importante, pois vai afetar as taxas de reincidência numa forma positiva [10].

O principal objetivo do ensino em meio prisional é facultar meios para que os reclusos não necessitem de recorrer a atos criminosos para manter uma vida estável, para sobreviver [10].

A Prisão Escola é a forma mais típica para que os delinquentes consigam seguir um caminho longe do crime, mantendo a relação familiar, para que o contacto com o mundo não se perca [10].

4.3. Prisão Escola – contextualização histórica e atual em Portugal

No século XIX foi introduzido nas prisões portuguesas o sistema educativo dirigido a jovens delinquentes, regulamentado pela lei da Reforma Penal e de Prisões, e foi em 1861 que começaram as experiências de ensino nas cadeias [17].

Entre 1934 e 1936 foram-se instituindo por todo país Prisões Escola para delinquentes entre os 16 e 21 anos. O primeiro EP foi o de Leiria e dirigia-se a reclusos do sexo masculino. Os métodos usados neste estabelecimento tinham como base a

reeducação no EP e eram: ação moral e social, formação profissional, ensino escolar e educação física [10].

Em 1979 surge a Lei nº3/79 aprovada pela Assembleia da República, sobre a educação de adultos e surgiu a elaboração do PNAEBA, como já referido anteriormente. Este Plano preocupava-se com os seguintes objetivos: desenvolver a cultura e educação da população tendo em conta a valorização pessoal e progressão em contexto cultural, social e político; assegurar as necessidades básicas da educação formal e informal de adultos através da implementação gradual de um sistema que assegurasse a mobilização e participação da população e que coordenasse todos os recursos educativos; assegurar condições para que todos os adultos tivessem acesso a vários graus de escolaridade obrigatória; assegure a melhoria na qualidade pedagógica [8].

O Decreto – Lei nº 74/91 estabelece uma nova forma de interpretar a educação de adultos e refere que a educação dos adultos gira em torno de duas vertentes, o ensino recorrente e a educação extra-escolar. Segundo este DL o ensino recorrente “visa a obtenção dos certificados e diplomas conferidos pelo ensino regular distinguindo-se deste pela flexibilidade e diversidade das formas de organização e concretização e pela descontinuidade no tempo e alternância nos espaços”, enquanto a educação extra-escolar não confere qualquer tipo de grau académico e ocorre fora do sistema de ensino regular [8]. Tudo isto desenvolveu o ensino em meio prisional, na medida em que a educação passou a ser dirigida não só aos jovens mas também aos adultos.

Em 2000 surgiram os cursos de EFA, com o propósito de aumentar a qualificação da população adulta no que diz respeito à empregabilidade, inclusão social e profissionalismo [8].

Atualmente, em Portugal, o ensino em meio prisional tem como base um princípio: o recluso não deve perder o direito de aprender. Desta forma, e para que isto se torne possível, foi estabelecida uma cooperação entre o Ministério da Educação e da Justiça para que os reclusos tivessem direito ao acesso do ensino dentro da prisão, ensino esse que adquirisse uma educação semelhante à do exterior [18].

O ensino dirigido a reclusos ajuda no desenvolvimento da auto-estima, confiança e fazendo com que estes se sintam importantes como pessoas. Ajuda na resolução de problemas e abre novos caminhos, incentivando os reclusos a serem mais criativos e a terem capacidade e motivação de aprenderem coisas novas, procurarem problemas e a resolvê-los. É importante ter em conta a cooperação dos serviços prisionais para que seja possível criar ligações entre a cadeia e a sociedade [8].

Gomes *et al* (s.d.) mostram que no seu estudo existem bloqueios entre o ensino e formação profissional quando considerados importantes para a reinserção social do recluso, pois muitas vezes são encarados como uma ocupação de tempo livre para os reclusos, havendo uma taxa de sucesso reduzida, apesar de uma elevada taxa de incidência [18].

Uma prisão apresenta um carácter disciplinar e nesse espaço a reabilitação requer, para além de disciplina, inserção social. A educação em meio prisional assenta no facto de os reclusos terem o direito de aprenderem enquanto cultura prisional e aponta para um espaço que determina as ações dos indivíduos, sendo por isso disciplinar [19].

Onofre EMC (s.d) evidencia no seu estudo que a educação em adultos em privação de liberdade apresenta considerações importantes, como a escola ser uma instituição determinada pela sociedade, existe nela. Por isso o quotidiano nas escolas evidencia uma falha entre o discurso oficial e a vivência instaurada nas escolas em meio prisional. É essencial para o recluso a relação passado-presente-futuro, sendo o futuro mais importante, pois no futuro existem objetivos e desejos de iniciar/continuar uma carreira ou uma vida nova e, por isso, muitos acabam por se sentirem motivados, querendo uma vida nova quando terminarem o seu tempo de pena [19].

É preciso ter em conta que os reclusos apresentam experiências negativas, devido à sua experiência e práticas criminais e delinquentes e nas suas expectativas futuras está uma nova vida longe do crime, está o desejo de começar uma família, arranjar um emprego ou voltar/continuar a estudar. É necessário proceder a uma construção de projetos em relação ao ensino nas prisões, melhorar estas escolas, para que os reclusos assumam uma expectativa positiva em relação a atividades profissionais, que embora em estudos de reincidência criminal apontem para uma baixa expectativa, estes necessitam de meios para que isso se torne possível [19].

A motivação e incentivo à adesão ao ensino na prisão pode variar. Criam-se assim estímulos para a frequência escolar, como a atribuição de pequenas bolsas para aqueles reclusos que não estão a trabalhar ou atribuir-se prémios, como diplomas. Embora motive parte da população reclusa, é uma tarefa difícil para a maioria que apresenta uma experiência negativa em relação à escola e onde já tinham sido votados ao insucesso. O facto de a educação na prisão ser muito semelhante ao modelo escolar regular, faz com que a taxa de insucesso permaneça. [10, 18].

Vários autores defendem que o processo educativo/formativo previne a reincidência e combate as praticas criminais. No seu estudo Gabriel (2007), expõe a ligação entre a

delinquência e a escolaridade, defende que as fracas competências escolares aumentam o risco de criminalidade. Quanto menos escolaridade os adultos possuem, menos qualificações apresentam, tornando a procura de emprego um processo complicado e, consequentemente, ter um nível económico estável o que pode impossibilitar o pagamento de despesas fixas. Perante esta situação é normal instalar-se o desespero, agravando-se quando existe uma família para sustentar. Muitos indivíduos, na tentativa de combater esta condição, partem para práticas delinquentes como roubos, assaltos, entre outras coisas. [8].

O principal objetivo da prisão é tornar um indivíduo delincente num indivíduo socialmente aceite. É fundamental que o sistema prisional forneça à população reclusa um tratamento penitenciário adequado de modo a tornar-se, não só num bem para o próprio recluso, mas também um bem – comum para a sociedade. Em Portugal o ensino no contexto prisional garante o sucesso escolar dos indivíduos. O ensino em meio prisional funciona duma maneira semelhante ao ensino em geral, a DGSP promove encontros nacionais em meio prisional com o intuito de fornecer um ensino adequado a esta população, e o Ministério da Educação verifica as alterações necessárias aos modelos de ensino. Porém, nada garante que o sucesso escolar diminua a taxa de reincidência pois são fatores como a natureza social, familiar e individual que estabelecem uma explicação simplista de um fenómeno criminal [8, 20].

4.4. A Educação – um DIREITO INALIENÁVEL

A educação é um direito universal e um direito inalienável, é um direito que cabe a todos. Quando se fala em ensino em meio prisional defende-se este direito, pois a situação em que a população reclusa se encontra implica a perda do direito à liberdade, mas não implica a perda do direito de aprender. De acordo com Constituição da República Portuguesa, artigo 30, nº5 é determinante a manutenção pelos condenados de todos os seus direitos fundamentais, exceto os que se relacionem com as limitações inerentes [10].

A educação deve ser um meio de emancipação para um indivíduo se reentregar na sociedade, ultrapassar as desigualdades sociais e as relações do poder. Deste modo, tendo em conta as reduzidas taxas de escolaridade da população reclusa, compreende-se a importância que os modelos de ensino em contexto prisional garantem. De acordo com as regras penitenciárias internacionais o recluso participará num plano individual de readaptação. É essencial ter em conta que o ensino influencia a readaptação social e

previne a reincidência, o que se torna fundamental para a população reclusa. É um direito que todos os reclusos devem ter acesso [8]. O tempo de pena a que o recluso se encontra sujeito deve contribuir para um investimento positivo de forma a minimizar os défices educacionais presentes [20].

Segundo o princípio da dignidade humana, ao Estado corresponde o dever não só de punir, mas também o dever de socialização, o dever de garantir aos reclusos as condições necessários para se reabilitarem socialmente [20].

4.5. A importância do papel do professor na prisão

Dentro do EP, durante o cumprimento de pena, as ligações com as pessoas da comunidade livre vão enfraquecendo, é por isso torna-se importante realçar a figura do professor, os laços que são criados no ambiente de sala de aula, pois uma boa relação com o professor é uma boa motivação à participação na escola e, por sua vez, ao sucesso escolar. Mesmo sendo restrita a oportunidade do recluso fazer escolhas, dentro duma sala de aula existe oportunidade para a autonomia de cada um, num espaço em que existem as regras [19]. O papel do professor em meio prisional é muito importante, este precisa de aptidões que vão de encontro às necessidades da população reclusa, têm de avaliá-los individualmente, isto é, ter capacidade de avaliar as necessidades de cada recluso e de reconhecer as diferenças de cada um, e ter a aptidão de lidar com o tipo de população que é possível encontrar nesta situação, em termos de linguagem, religião e cultura. O professor deverá estar sempre atualizado e deve ceder-lhes informação relativa à situação prisional. Cada recluso novo deve ser informado da importância da educação formal e não formal, e atribui-se a metodologia a utilizar para cada aluno individualmente. O professor que trabalhe numa prisão deve amar o seu trabalho, pois é muito provável deparar-se com grandes desafios durante a sua profissão [8].

Conquistar o compromisso da escola é uma tarefa que pertence aos educadores, não só em meio prisional mas em qualquer espaço educativo. Dentro de uma sala de aula existem várias culturas e várias entidades e é o professor que tem o papel de conquistar os reclusos e ajudá-los a perceber que a escola é uma forma de recuperar a liberdade. Se, dentro duma prisão, os reclusos viverem em função desta filosofia são escusadas as medidas e esforços para os repensar da escola [19].

A realidade sobre a Prisão Escola, é que pode ser vista como uma maneira de passar tempo ou até para questões jurídicas de bom comportamento a fim de reduzir a pena. Os alunos que a frequentam podem sentir-se pouco motivados. Uma vez que o estado do país em relação a saídas profissionais esta em decadência e as pessoas formadas têm dificuldades, quais serão as oportunidades das pessoas que estudaram na prisão e têm cadastro?

A motivação do aluno é essencial para o sucesso. Se em situações de escola regular o professor tem o importante papel de motivar o aluno para um resultado positivo a nível futuro, dentro de um EP o formador tem um papel mais importante no sentido de motivar os alunos que se encontram a cumprir pena, uma vez que já se encontram numa situação que, por si só, os desmotiva para qualquer tipo de pensamento positivo, quer a nível pessoal, quer a nível profissional. É essência a criação dessa motivação e valorizar a formação de modo a transmitir uma ideia positiva sobre as formações existentes nos EP, transmitir a ideia de que a escola facilitará o futuro, e muitas vezes mesmo em questões de auto-estima e estabilidade psicológica poderá ser essencial [10, 15].

Nascimento, 2009 no seu estudo revela fatores principais responsáveis pela motivação dos reclusos em frequentar a escola, uma delas é a ocupação do tempo uma forma de terapia ocupacional como já referido, como terapia a nível psicológico para criar uma certa estabilidade, uma forma de escape, para aumentarem as habilitações que não conseguiram aumentar ou terminar cá fora e também para receberem a bolsa de formação [10].

É claro que era ótimo se todos os reclusos se sentissem motivados pela escola numa forma positiva em relação ao futuro, e que a grande motivação fosse a vontade de elevar o grau de escolaridade, porém a realidade é que eles se encontram informados com o que se passa cá fora. Quando se encontram com dificuldades financeiras ou até com noção de que cada vez mais é complicado arranjar um emprego, a maior parte deles sente que a escola apenas serve de ocupação, e que as probabilidades de conseguirem um emprego baseado na formação, é baixa pois sabem que, na situação em que se encontram ainda é mais difícil, uma vez que estão a cumprir uma pena e têm cadastro criminal. No entanto, a formação acaba por transmitir uma ideia agradável a muitos, em relação ao futuro e é vista como uma maneira de reabilitação. O que pesa mais é a vontade de uma vida longe do crime, uma vida nova.

Dentro de um EP é essencial que o formador(a) tenha em mente que estamos a lidar com uma população ainda mais heterogénea do que dentro de uma normal sala de aula. Aqui existem diferentes idades, com diferentes estilos e experiências de vida, alunos

mais velhos que muitas vezes não têm boas memórias da escola e dos professores, que estudaram até um certo ano e não quiseram mais porque tiveram de trabalhar, e também existem aqueles que já estudavam, e dentro do EP vão continuar a aumentar o grau de escolaridade [10].

Existe uma população muito variada e para o professor, paciência e compreensão são elementos essenciais. A forma como nós vemos situações e problemas que nos são apresentados não é a mesma que muitos vêm, e por isso é essencial que o professor tenha essa consciência. A nossa estrutura mental foi trabalhada ao longo do tempo, e o que nos parece fácil e óbvio, pode não ser para os outros que apresentam essa mesma estrutura menos trabalhada, e por isso menos desenvolvida. Então são a compreensão e a paciência os elementos chave essenciais, capazes de superar certos desafios. Pode ser um processo demorado, porém acaba por ser fundamental também a nível de realização pessoal para o professor [10].

5. CARACTERÍSTICAS DE RECLUSÃO

5.1. Modalidades/ competências dentro dos EP

Dentro dos EP em Portugal, é possível encontrar várias modalidades de formação: Formação Profissional Especial, Qualificação Inicial, Reciclagem, Atualização e Aperfeiçoamento, Qualificação e Reconversão Profissional e EFA. A EFA foi decretada inicialmente no DL nº 1083/2000 e destina-se a cidadãos que são maiores de idade que acabaram por abandonar os estudos prematuramente e não apresentam qualificação adequada, ou até mesmo nenhuma, e não tenham concluído a escolaridade básica (4º, 6º ou 9º ano), permitindo assim a obtenção do 1º, 2º e 3º ciclos no EP associado a uma qualificação profissional de nível I ou II [10].

Os cursos de EFA têm como objetivo prevenir a exclusão social, o desenvolvimento da empregabilidade, mais dirigido à população adulta que apresenta poucas qualificações, oferece oportunidade de formação a esta população. Uma vez que são adultos com características especiais em relação à população jovem no que diz respeito ao ensino, pode haver falta de motivação, pois além de muitos apresentarem experiências negativas, consideram que já passaram a idade de aprender. Estes cursos são uma aposta da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) (DL

nº387/99 de 28/9), esta agência constitui uma proposta autónoma de formação essencialmente dirigida a adultos [10]. O protótipo curricular para o ensino básico destes cursos é construído a partir de um Referencial de Competências-Chave (RCC) [11].

O modelo de formação profissional permite uma dupla certificação escolar e profissional para aqueles que deixaram a escola e modelo baseia-se em quatro princípios: A formação ao longo da vida e obtenção dos níveis I e II de qualificação, sendo estes considerados essenciais para a reinserção social e para o progresso da vida profissional; Os percursos flexíveis de formação, que permitem estruturar currículos que integrem novas competências técnicas, relacionais e sociais para a certificação escolar e profissional; A construção é feita em função do perfil de cada candidato, integra uma Formação Base (FB) e uma Formação Profissionalizante (FP) que se definem em competências-chave a adquirir; Sistemas modulares organizados por competências - chave que levam em conta o perfil do candidato e o seu contexto sócio - económico, cultural e profissional [10]. A FB integra áreas como Linguagem e Comunicação (LC), Matemática para a Vida (MV), Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Cidadania e Empregabilidade (CE) [11]. A FP integra áreas que são determinadas segundo grupos e contextos, integra sempre que possível uma formação em contexto de trabalho [10].

5.2. Os EP especiais - a prisão no feminino

As mulheres sempre foram vistas, aos olhos da sociedade, como aquelas que cuidavam da família, socialmente bem caracterizadas a nível de comportamentos. A elas sempre foi associado o bom comportamento. Desta forma, quando praticavam atos delinquentes geravam um conflito em relação ao sexo masculino, isto porque tinham um papel social e moral diferente dos homens. O crime por parte delas apresentou, ao longo do tempo, diferentes teorias: as mulheres delinquentes eram duplamente desviantes, pois não seguiam as normas da conduta feminina considerada apropriada, assim uma falha nesta conduta fazia com que o sexo feminino despertasse um duplo julgamento perante a sociedade. Eram vistas como mulheres que perderam o sentido de maternidade, despertando um lado mais viril [21].

As mulheres, quando praticavam o crime, na origem desse ato delincente, estariam motivos responsáveis que levariam a mulher a delinquir como: desregulamentos hormonais, síndromas pré-menstruais, desvios sexuais complexos, neuroses ou manias [21].

Com a evolução do tempo, mais propriamente nos anos 30, os aspetos socioeconómicos e culturais começaram a ser tidos em conta no que toca à delinquência. As mulheres, sempre foram vistas numa forma oposta ao homem, no que diz respeito ao tratamento que devem levar e não era por caso que o homem sentia necessidade de proteger a mulher, achando que estas necessitavam de maior proteção e melhor tratamento por serem mais sensíveis e pelo papel que desempenhavam perante a sociedade. Por estas razões quando as mulheres praticavam o crime, estavam física e mentalmente perturbadas. Por começar haver cada vez mais mulheres a praticar crimes e a serem inseridas em contexto prisional houve um aumento de médicos, especialistas psiquiátricos e psicólogos e as celas passaram a ser quartos. Também se compreendiam alterações no regime dos EP masculinos, mas numa forma menos frisada, não havendo estes cuidados para o sexo masculino, pois partia-se do princípio que estes não precisavam deste tipo de intervenções [10, 21].

A partir da segunda metade do século XX, surgiram perspetivas acerca da mulher, que atacavam o facto da mulher quando se encontra a cumprir uma pena, ser punida pela sua imagem social, por esta ser obrigada a ter um determinado comportamento perante uma sociedade, poderia ser prejudicada trazendo problemas no que toca à família e maternidade. Ainda que, quando esta se encontra numa situação de reclusão, não se adapta facilmente como o homem, e criticavam o facto de a mulher estar longe dos filhos ou criá-los quando em situação de reclusão. Estas perspetivas baseavam-se num olhar paternalista em relação à mulher e numa forma de desculpabilização, no entanto, abriram asas a novas discussões do respetivo assunto [10].

As mulheres, no universo prisional, constituem uma minoria em relação aos homens, por essa razão muitas vezes assumem particularidades que os homens não têm. Gonçalves R., Lopes, M (2007), mostram no estudo apresentado no seminário “Educar o Outro”, que, de acordo com as estatísticas portuguesas, as mulheres apresentam uma minoria de população reclusa pois a criminalidade feminina apresenta um peso mínimo face à criminalidade masculina. Outra questão importante é a natureza dos crimes efetuados pelas mulheres, sendo os crimes relacionados com a droga responsáveis pela reclusão da maioria das mulheres, no entanto, em 2004 cerca de 10% das reclusas em Portugal foram condenadas por homicídio em situações de conjugalidade [22].

Em Portugal existem três tipos de EP: os Estabelecimentos Centrais, Estabelecimentos Regionais e os Estabelecimentos Especiais. Os Estabelecimentos Especiais são os estabelecimentos para mulheres e, segundo o DL 265/79 (art.97º) nestes funcionam serviços especiais de assistência à saúde das reclusas grávidas ou no

puerpério e as que tenham sofrido alguma interrupção de gravidez (nº1), onde são assistidas por especialistas em obstetrícia e ginecologista (nº2). Quando os filhos necessitarem de assistência médica estão a cargo da pediatria (nº3), e quando estes ultrapassam os 3 anos de idade e não existem pessoas a quem a reclusa possa entregar o filho, a direção deverá zelar pelo frequente contacto entre a mãe e o filho (nº4). As crianças têm o direito a rastreios para despiste de possíveis doenças que possam por em causa o seu desenvolvimento (nº5). Então, os EPfemininos, devem acomodar as mulheres, com as seguintes instalações especiais (art. 161º): a) secções especiais para mulheres grávidas; b) secções especiais para mulheres que tenham consigo filhos menores de um ano e, c) infantários para filhos internados menores de três anos. O artigo 203º do mesmo DL compreende o auxílio na maternidade, assim as reclusas grávidas têm o direito a assistência médica; assistência medicamentosa para as reclusas que sofreram interrupção de gravidez (art. 204º); o registo de nascimento, em que não é registado o EP como local de nascimento, nem a situação da reclusa e situações da reclusa com os filhos; até aos três anos os filhos podem ficar com as mães em situação de reclusão, se assim for autorizado, e estas devem ser incentivadas a tratar dos filhos sempre que necessário especialmente no primeiro ano de vida, e é estimulado o tempo e condições fixadas no regulamento interno [10].

5.3. Caracterização da população reclusa em Portugal – dados de 2010

Segundo o Relatório de Atividades de 2010 da Direção Geral de Serviços Prisionais, existem 49 ^(*) EP em Portugal – 17 centrais, 4 especiais, 27 regionais, e 1 cadeia de apoio, que se encontram distribuídos de Norte a Sul do País. Existem segundo a situação penal dos reclusos, 2307 preventivos e 9306 condenados. Do ano 2009 para o ano 2010, compreendeu-se um aumento da população prisional, havendo uma taxa de ocupação de 96,3%. Segundo o género existe um total de 627 mulheres e 10986 homens, e existia uma percentagem de 20,6% de população prisional estrangeira [23].

Segundo as habilitações literárias, em 2010 cerca de 547 reclusos não sabiam ler nem escrever, 536 sabiam ler mas não sabiam escrever, 8972 tinham o ensino básico, 1313 o secundário, 143 o ensino superior, 18 tinham outros cursos, e 84 reclusos não foi possível obter informação [23].

A DGSP tem a missão de gerir o sistema prisional, esta é dirigida por um Director-Geral coadjuvado por três Subdiretores-gerais. Existem unidades orgânicas nucleares dos Serviços Centrais fixadas, inseridas num modelo de estrutura hierarquizadas:

Direção de Serviços de Execução e medidas privativas de liberdade, responsável pela execução das medidas privativas de liberdade previstas na lei; Direção de Serviços de Segurança, garantindo a disciplina e ordem dentro dos EP e garantindo também a vigilância dos reclusos; Direção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, responsável pela gestão dos recursos humanos; Direção de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros e Patrimoniais, garantindo um equilíbrio a nível financeiro a gerir a infraestruturas e equipamentos do Sistema Prisional; Direção de Serviços de Planeamento e Relações Externas, responsável pela elaboração de um plano anual de atividades e respetivo relatório; Centro de Estudos e Formação Penitenciária e Gabinete de Sistemas e Tecnologias de Informações e de Segurança [23].

(*) - Estes dados foram retirados do site oficial da DGSP, segundo o relatório de atividades de 2010, sendo este o mais atualizado até à data. No entanto, é importante ressaltar que atualmente existem 51 EP em Portugal nos distritos do Porto, Coimbra, Lisboa e Évora.

5.4. A prisão em Portugal – legislação e regulamentos

Em Portugal a aplicação de uma pena tem como principal objetivo sociabilizar o delinquente e repor uma ordem jurídica alcançando a segurança que o agente infrator atingiu com o seu feito. Entende-se como pena um castigo aplicado segundo a privação de liberdade, em que visa prevenir e aplicar medidas de segurança, em que o limite a atingir é a culpabilização do delinquente, esse é o limite inultrapassável da pena atendendo às exigências de prevenção especial.

O Código Penal Português nega a pena de morte e a prisão perpétua, o nosso sistema tem por base um princípio: a privação de liberdade é o último recurso a aplicar na política criminal, e sempre que aplicada deve-se ter em conta os princípios da necessidade, proporcionalidade e subsidiariedade. Esta política tem como base incutir ao agente infrator um sentido positivo e socializador e não um efeito negativo, e por isso o limite máximo de pena de prisão são 25 anos [2].

O modelo teórico de execução de penas é o da individualização científica, assenta num modelo de observação e preparação de um PIR, isso permite adequar as modalidades de execução de pena a cada um dos reclusos.

De acordo com o Respeito pelos Direitos Humanos, secção 1 – respeito pela integridade da pessoa humana, incluindo a liberdade relacionada com os seguintes aspetos [24]:

c) Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes – Condições de Prisão ou Centros de Detenção

Segundo a DGSP, a 15 de Outubro de 2010, existia cerca de 11573 reclusos nas prisões portuguesas, 95 dos quais eram jovens com idades compreendidas entre os 16 a 18 anos. A capacidade máxima das prisões portuguesas é de 11921, e apesar de haver prisão para jovens, em Leiria, registaram-se casos em que estes ficam presos juntamente com os adultos em qualquer parte do sistema prisional, e aqueles que apresentam uma pena de prisão preventiva foram mantidos com presos já julgados e condenados.

Os reclusos que apresentem um regime aberto poderão trabalhar fora dos EPe visitar as suas famílias com regularidade.

d) Detenção ou Prisão Arbitrárias – Detenção e Prisão

“A Constituição e a Lei contemplam regras precisas e claras sobre todos os aspetos relacionados com detenção e prisão de indivíduos” “Um individuo só poderá ser detido com um mandado de captura. No entanto poderão ocorrer detenções sem mandado, pelas forças de segurança ou por cidadãos comuns quando existe causa provável quando um crime foi ou esta a ser cometido ou quando a pessoa a ser detido é um réu condenado foragido ou um suspeito que fugiu à custódia policial. ”

O universo dos reclusos encontra-se dividido em regime aberto (condenados) e regime fechado (preventivos e condenados) em que se distinguem conforme a segurança e o confinamento. O Regime Aberto tem duas vertentes: Regime Aberto Voltado para o Interior (RAVI) e o regime Aberto Voltado para o Exterior (RAVE) [10].

Após o 25 de Abril foram tomadas medidas que sustentam uma filosofia, que todos os condenados são corrigíveis – DL 265/79 de 1/8. O artigo nº1 deste DL defende que mesmo estando sujeito a privação de liberdade, o recluso tem o direito de se reentregar na sociedade, e quando se encontra em contexto prisional este deve obter medidas que o conduzam para a sua vida de uma forma socialmente responsável prevenindo a prática de crimes, e como diz o artigo nº 2 do mesmo documento legal, este deve participar na sua reinserção social, tendo em conta elementos constatados no artigo nº 9, como o tipo de internamento (Aberto ou Fechado), ser encaminhado a uma secção de trabalho, formação e aperfeiçoamentos profissionais, medidas de flexibilidade na execução e medidas de preparação de liberdade. O artigo nº4 defende que, à população reclusa deve ser dada oportunidade de cursos de formação e aperfeiçoamento [10].

Ao recluso deve ser dada a oportunidade de criar competências sociais e profissionais através de trabalho, formação e aperfeiçoamento profissional, deve ser economicamente produtivo (artigo nº 63), de certa forma este é obrigado a participar em actividades que lhe são facultadas (artigo nº 64) sendo estas o mais semelhante possível às do exterior (artigo nº65) Os cursos devem ser adequados à formação dos reclusos, tendo em conta aqueles que têm uma idade inferior aos 25 anos (artigo nº79, nº2). O artigo nº 79 (nº3) postula que a organização dos cursos pode ter colaboração do Ministério da educação e os reclusos podem ter direito a um subsídio pela frequência com que participam, o tempo de participação nos cursos pode ser considerada como tempo de trabalho (nº4) [10].

O artigo nº 80 solicita que os cursos organizados devem garantir uma escolaridade obrigatória (nº2), aos reclusos, com idade inferior a 25 anos, que não saibam ler ou escrever deve ser ministrado o ensino de modo a combater com essa falha (nº3) esses cursos devem ser facultados para os reclusos analfabetos (artigo nº4) [10].

Os EP estão encarregues das instalações de trabalho e formação para os reclusos, é no artigo nº 177 que se define. O artigo nº 83 refere que as actividades culturais, recreativas e desportivas devem assegurar o bem – estar físico e mental do recluso de modo a desenvolver a reinserção social (nº2). O artigo nº 84 postula a presença duma biblioteca de modo a valorizar os conhecimentos e desenvolver capacidades críticas e finalidades dos reclusos (nº4) [10].

5.5. A reinserção social

A prisão assume um papel de punição e de castigo, no entanto não pode deixar de representar um meio de reabilitação aos reclusos, que por sua vez se encontram num ambiente hostil. Muitas vezes é considerado como uma condenação à morte pelas múltiplas características negativas, que acabam por representar um aumento da propensão ao crime. A pena não pode apenas representar uma forma de retribuição e castigo, deve contribuir para a reinserção social do recluso, e por isso o tratamento penitenciário deverá responder a uma matriz mais moderna, que cumpra um conjunto de regras, códigos e condutas, pactos, declarações e cartas relativamente ao tratamento prisional [2].

A prisão ao longo do tempo tem vindo a mudar o seu conceito quando ligada à sociedade, hoje quando se fala em prisão é feita uma ligação com a readaptação e a reeducação [25].

6. ESCOLARIDADE – UM CONTRIBUTO PARA A REINserÇÃO SOCIAL

No que diz respeito à prisão, as opções políticas, legislativas e institucionais, tendem a garantir meios adequados que facilitem a reinserção social. Quando necessária, a prisão não deve apenas constituir um meio de prevenção, deve garantir e proporcionar aos reclusos, meios para se reabilitarem socialmente. É importante ter em conta que, a socialização é o meio mais apropriado para prevenir a reincidência [26]. Segundo Maria Clara Albino, no Seminário “Educar o outro” em 2007, o fortalecimento de competências sociais e pessoais diminuem a probabilidade de episódios criminais, facilitando uma melhor integração social [20].

Como já referido, a pena não pode ser encarada apenas como uma forma de punição, não pode apenas significar castigo, mas também um meio de reabilitação, e por isso estas preocupações terão de concluir a política criminal. O facto de saber que um individuo já esteve preso, acaba por poder afetar a vida profissional e pessoal do ex-recluso, não é toda a gente que “acolhe” um ex-recluso, desta forma é evidente o papel da prisão na vida social de um individuo, que acaba por trazer mais efeitos negativos do que a própria vida do recluso na prisão [2].

Gomes *et al* (s.d.), defende que a eficácia dos cursos de educação e formação profissional dos reclusos, são postos em causa quando estes terminam a sua pena e saem do EP, afirmando o facto de existirem obstáculos para a reintegração do recluso na sociedade, uma vez que não existem programas de ensino em meio prisional com oportunidades semelhantes às existentes em meio exterior. Um outro obstáculo é o facto de não existir apoio aos ex-reclusos, no sentido em que não permitem os reclusos continuarem os estudos depois de saírem do meio prisional, inviabilizando o esforço do recluso em querer sair da vida crime, começando assim um novo capítulo da sua vida. O mesmo autor evidencia a falha na discrepância entre a formação ministrada e a oferta de emprego, há uma ausência de estratégia de enquadramento da formação profissional dos reclusos, e por sua vez não cria competências necessárias para os adaptar ao mercado de trabalho [18]. Porém, sendo o trabalho um dos recursos fundamentais para a

reinserção social do recluso, em meio prisional é essencial no sentido em que ajuda o recluso a adotar hábitos e rotinas, assim como competências profissionais e sociais no âmbito do trabalho, um aspeto muito importante na vida futura do recluso, apesar de não ser fácil a motivação por parte deste [7].

6.1. Iniciativas comunitárias

A iniciativa comunitária EQUAL destina-se a eliminar fatores responsáveis na origem de discriminação e desigualdades, assim, no âmbito desta iniciativa comunitária foram desenvolvidas recomendações para a reintegração de (ex) reclusos e essas recomendações foram elaboradas por um Grupo Diretivo Europeu de dez Estados-Membros. Uma das recomendações desta reintegração compreende a importância dos EPno acompanhamento do recluso, e que desta forma estes ocupem o seu tempo livre com atividades lúdicas como o desporto, a arte, teatro. Esta recomendação refere que, uma reintegração bem-sucedida passa, não só pelo momento de libertação, mas desde o momento de detenção e o período de reclusão, exigindo assim, o envolvimento de todos os intervenientes do processo. Uma outra recomendação aponta para a importância e dever de todos os reclusos terem o acesso de participar em programas de formação e de educação, de forma a reforçar a sua empregabilidade no futuro. Porém, acaba por ser um “jogo” contraditório, o Estado responsável pelo combate da reinserção social do recluso, é o Estado que não oferece emprego a indivíduos portadores de cadastro, proibindo o emprego destes na função pública. Outra recomendação apela pelo crescimento de propostas e campanhas públicas de toda a formação que é fornecida ao recluso nos estabelecimentos prisionais, inscrevê-lo em centros de empregos, ou então fornecer um incentivo financeiro para o recluso poder criar a sua empresa, dar uma força extra para este abdicar duma reincidência. Como o trabalho é um fator importante na prevenção de reincidência, esta recomendação afirma a importância da necessidade de mais esforços para envolver empregadores em setores públicos ou privados. A próxima recomendação referida é muito importante, apela pela atenção dos fatores externos à reclusão, outros aspetos da vida dos (ex) reclusos. É importante garantir uma vida com certa qualidade para o recluso quando termina a sua pena, de forma a evitar que este, sem emprego e sem sítio para onde ir, viva na rua a mendigar e que possa voltar a vida de crime. Ter em atenção a relação familiar do recluso, pois muitas vezes são abandonados pela família e acabam por não ter uma vida estável depois do cumprimento de pena. A última recomendação compreende a importância de promover mudanças no EP, de forma a

inovar a cultura existente naquele meio, de forma a ser possível criar um novo pensamento sobre a prisão abrindo-a ao exterior [2].

Outra associação responsável por preocupações de reintegração social é a associação INTEGRAR, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede nacional em Coimbra. Esta associação tem como objetivos principais o apoio na integração social, comunitária e de formação profissional, a populações desfavorecidas, como jovens toxicodependentes, famílias disfuncionais, a desempregados e a (ex) reclusos, sendo esta ultima a principal prioridade. O apoio fornecido compreende fundamentalmente ajudar os (ex) reclusos a terem uma vida futura socialmente responsável e aceite, desenvolvendo ações e princípios incutindo-lhes normas e regras da sociedade de forma a ser possível desenvolver a integração do individuo e promovendo a valorização pessoal que muitas vezes se perde derivado de cortes de relações sociais quando se encontram a cumprir a pena. Nesta associação existe um programa destinado a auxiliar a reintegração a vários níveis – Programa de Treino e Competências Pessoais e Sociais – onde são bem explícitos os seguintes objetivos: Proporcionar um ambiente agradável, responsável que lhes transmita uma certa segurança com a finalidade de melhorar a sua autoestima e autoconfiança desenvolvendo capacidades; Proporcionar aos beneficiários a aquisição e competências sociais e profissionais que permitam a inserção em ações de formação e /ou emprego; dinamizar e estimular os destinatários para a prática de atividades físicas, individuais e coletivas, ao ar livre. Esta associação destina-se a menores e adultos delinquentes que se encontram em situações de risco social [9].

Nesta associação são trabalhados os problemas que cada individuo apresenta e numa forma de ultrapassar os medos, são adquiridas crenças de autorrealização, onde são trabalhadas emoções, sentimentos, frustrações e ansiedades. Todas estas emoções são trabalhadas de forma a exprimirem os seus sentimentos de revolta para ajudar a delinear os projetos de vida de cada um, onde as sessões são feitas em grupo, de forma a contornar obstáculos e arranjar soluções em conjunto, e onde (ex) reclusos desenvolvem atividades em conjunto com indivíduos em liberdade, de forma a pôr de lado desigualdade. São incutidas atividades de forma a adquirirem um sentido de responsabilidade horaria e aprenderem a trabalhar em equipa e respeitar o outro [9].

7. OBJECTIVOS

Este trabalho teve como objectivos, compreender de que maneira é que a população reclusa aproveita a oportunidade de estudar, fornecida pelo EP, compreendendo assim qual o grau de escolaridade que se encontram a frequentar, qual o grau de escolaridade concluído dentro dos EP, fazendo também uma comparação com o género da população reclusa e o tipo de pena a cumprir, com o intuito de perceber se existem diferenças em função destes elementos.

MATERIAIS E MÉTODOS

MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologia de Recolha e análise de dados

Para a realização dos objetivos propostos, procedeu-se a uma distribuição de questionários ^(*) (Figura 1) pela população reclusa que foram dirigidos a sete EP na área do grande Porto.

Para a análise do respetivo estudo e de forma a compreender a escolaridade dos reclusos, optou-se por uma abordagem de método quantitativo, assim os dados obtiveram-se sob a forma de questionários, preenchidos pela população reclusa nos respetivos EP.

Todos os dados foram quantificáveis traduzindo as informações contidas nos questionários em números, de forma a clarificar e analisar o estudo, utilizando um método estatístico para o tratamento dos dados – o SPSS v.18.0 (Statistical Package for the Social Sciences) [27]. Quanto à sua natureza o estudo é aplicado, pois gera conhecimentos para uma aplicação prática, quanto ao objetivo é descritivo, exige uma serie de informações sobre aquilo que se deseja pesquisar como a possibilidade de o EP dar a oportunidade de o recluso estudar [28].

Ao analisar os resultados fez-se uma comparação das possíveis diferenças em relação ao género e tipo de pena a cumprir, tendo em conta se estas duas variáveis influenciam ou não a aderência da população reclusa à escola.

QUESTIONÁRIO

Este questionário trata-se simplesmente de um trabalho acadêmico e destina-se a fins científicos. Daí a garantia de total **sigilo e anonimato**.

O sucesso deste trabalho depende da sua total cooperação, por isso solicita-se que responda com total *sinceridade e verdade* em todas as questões.

Desde já um muito obrigado pela sua colaboração!

1- Sexo:

Feminino: ☐ Masculino: ☐

2- Idade: _____

3- Nacionalidade: _____

4- Que tipo de pena está a cumprir?

Até 2 anos ☐

De 2 a 5 anos ☐

De 5 a 10 anos ☐

Mais de 10 anos ☐

5- Qual o estabelecimento prisional onde se encontra?

6- Possui algum tipo de deficiência? Sim ☐ Não ☐

Se sim, qual? _____

7- Quando entrou no estabelecimento prisional qual a escolaridade que possuía?

Não sabe ler nem escrever ☐

Menos do 4º ano de escolaridade ☐

4º Ano de escolaridade ☐

6º Ano de escolaridade ☐

9º Ano de escolaridade ☐

10º Ano de escolaridade ☐

11º Ano de escolaridade ☐

12º Ano de escolaridade ☐

Outro ☐

7.1- Se respondeu outro diga qual. _____

8- Foi-lhe dada a hipótese de continuar/aumentar o seu grau de escolaridade dentro do estabelecimento profissional?

Sim ☐

Não ☐

8.1- Se sim: Aproveitou a oportunidade?

Sim ☐

Não ☐

8.2- Se sim: Ainda está a estudar?

Sim ☐

Não ☐

Já terminou ☐

7.2.1- Se sim: Qual o grau de ensino que está a completar? _____

8.2.2- Se não:

Porque parou de estudar? _____

Com que escolaridade ficou? _____

8.2.3- Qual o grau de escolaridade com que ficou? _____

9- Quais os seus objectivos a nível futuro?

Estudar ☐

Arranjar um emprego ☐

Estudar/Trabalhar ☐

Montar um negócio próprio ☐

10- Acha importante a oportunidade que lhe é fornecida no estabelecimento profissional para completar os estudos?

Sim ☐

Não ☐

10.1- Se sim escolha uma das opções para se justificar:

Porque ajudou-me a completar os estudos ☐

Porque ajudou-me a evoluir ☐

Porque ajudou-me abrir novos caminhos ☐

Porque vai-me ajudar a reentregar-me na sociedade com mais facilidade ☐

FIM

Figura 1 – Questionário aplicado à população reclusa

(*) — O questionário aplicado à população reclusa teve a colaboração da Dra. Vânia Isabel de Oliveira Gomes Ferreira, psicopedagoga a quem devo um especial agradecimento pelo contributo na realização deste estudo.

Para constituição da amostra foram selecionados aleatoriamente sete EP na área do grande Porto: EP do Porto (Custódias), EP Santa Cruz do Bispo, EP Especial de Santa Cruz do Bispo, EP de Viana do Castelo, EP de Guimarães, EP de Braga e EP de Vila Real. A população-alvo do estudo é a população reclusa, e os questionários também foram distribuídos pela população numa forma aleatória, de forma a ser possível obter o máximo de questionários em cada EP.

A amostra total é constituída por questionários preenchidos pela população reclusa numa forma aleatória, não houve seleção de algum tipo de elemento ou característica para fazer parte da amostra, desta forma a população-alvo foi todo o tipo de reclusos onde não foi necessário apresentarem um certo requisito para fazerem parte desta. Inicialmente foram distribuídos pelos EP o total de 1463 questionários, e foram recolhidos no total 919 questionários de todos os EP selecionados. Foram analisados estatisticamente 787 questionários preenchidos pela população reclusa.

RESULTADOS

RESULTADOS

Nº de EP	7
Nº de questionários distribuídos	1463
Nº de questionários recebidos	919
Nº de questionários analisados	787
Nº de população reclusa feminina	173
Nº de população reclusa masculina	614

Tabela 1 – tabela resumo com dados relativos ao estudo

Qual o grau de escolaridade que está a completar	n (%) da população prisional	
1º Ciclo	23	(12%)
2º Ciclo	42	(22%)
3º Ciclo	82	(43%)
Secundário	33	(17%)
Outro	11	(6%)

Tabela 2 – participantes a quem foi dada a oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP em relação ao grau de escolaridade que se encontram a frequentar

Qual o grau de escolaridade com que ficou	n (%) da população prisional	
Não sabe ler nem escrever	1	(0%)
Até ao 1º ciclo	19	(5%)
2º Ciclo	220	(62%)
3º Ciclo	88	(25%)
Secundário	19	(5%)
Outro	3	(1%)

Tabela 3 – participantes a quem foi dada a oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP em relação ao grau de escolaridade realizado

Qual o grau de escolaridade é que está a completar	Sexo feminino n (%)		Sexo masculino n (%)	
Até ao 1º ciclo	7	(14%)	16	(11%)
2º Ciclo	12	(24%)	30	(21%)
3º Ciclo	15	(30%)	67	(47%)
Secundário	11	(22%)	22	(15%)
Outro	4	(8%)	7	(5%)

Tabela 4 – participantes que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP, do sexo feminino e do sexo masculino, em relação ao grau de escolaridade que se encontram a frequentar

Qual o grau de escolaridade com que ficou, n(%)	Sexo feminino n (%)	Sexo masculino n (%)
Não sabe ler nem escrever	0 (0%)	1 (0%)
Até ao 1º ciclo	3 (4%)	16 (6%)
2º Ciclo	60 (75%)	158 (59%)
3º Ciclo	13 (16%)	75 (28%)
Secundário	3 (4%)	16 (6%)
Outro	1 (1%)	2 (1%)

Tabela 5 – participantes que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP, do sexo feminino e do sexo masculino, em relação ao grau de escolaridade realizado

Sexo	Já terminaram n (%)	Continuam a frequentar n (%)
Feminino	50 (25%)	73 (24%)
Masculino	147 (75%)	226 (76%)

Tabela 6 – participantes do sexo feminino e masculino que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP, que já terminaram ou que ainda se encontram a frequentar a escola

Qual o grau de escolaridade com que ficou?	Até 2 anos	2-5 anos	5-10 anos	>de 10 anos	Preventiva
	N (%)	n (%)	n (%)	N (%)	N (%)
Não sabe ler nem escrever	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (3%)	0 (0%)
Até ao 1º ciclo	7 (13%)	7 (6%)	1 (1%)	2 (6%)	2 (6%)
2º Ciclo	38 (69%)	76 (63%)	66 (59%)	17 (54%)	23 (70%)
3º Ciclo	9 (16%)	33 (28%)	33 (29%)	6 (19%)	7 (21%)
Secundário	1 (2%)	2 (2%)	10 (9%)	5 (16%)	1 (3%)
Outro	0 (0%)	1 (1%)	2 (2%)	0 (0%)	0 (0%)

Tabela 7 – participantes que tiveram oportunidade de iniciar/aumentar o grau de escolaridade dentro do EP e grau de escolaridade concluído em função do tipo de pena a cumprir.

Do estudo realizado estes foram os resultados a realçar e que serão devidamente discutidos na discussão

Discussão

DISCUSSÃO

Existem inúmeros fatores responsáveis pela prática criminal. A educação é algo transmitido que ajuda na formação de um carácter e na toma de atitudes e influencia na formação de condutas e na participação de atos. A prática educacional é tida num bom sentido, com o fim de proporcionar uma boa qualidade de vida no futuro de cada um, e a reeducação também é um aspeto importante na toma de decisões, isto é, da maneira que o ensino é importante na construção da vida de uma criança/jovem, também é importante na vida de um adulto que, por diversos motivos possivelmente existentes, não teve oportunidade de aproveitar uma boa prática educativa quando jovem. Assim, as oportunidades fornecidas a adultos de recomeçarem os estudos ajudarão a atingir um certo grau de escolaridade com o fim de realizá-los a nível profissional e pessoal.

A escola representa um contributo na reinserção social sendo possível elevar o nível de qualificações com o objetivo de conquistar uma vida estável, afastando a hipótese de recorrer ao crime.

Atualmente é decidido por um juiz se o delinquente é ou não culpado, sendo aplicado um castigo em razão da culpabilidade.

Os adultos que se encontram numa situação de privação de liberdade têm a oportunidade de iniciarem/concluírem os estudos, o que, na situação em que se encontram, ajudará a nível social de forma a reabilitar o recluso, combatendo a hipótese de um novo envolvimento no crime. O DL 264/79 de 1/8 (artigo nº1) defende que os reclusos, mesmo sujeitos a privação de liberdade têm o direito de se reintegrar socialmente. Os projetos de formação e educação são muitas vezes vistos como uma maneira de ocupar o tempo livre, no entanto e segundo a autora Nascimento (2009), as formações de ensino têm vindo a aumentar a frequência de reclusos, o que quer dizer que por iniciativa própria acabam por se inscrever. Quando destinado a reclusos, o ensino ajuda no desenvolvimento de confiança incentivando-os a serem mais criativos e por sua vez a abrir novos caminhos. O ensino em meio prisional tem um princípio importante: o recluso não deve perder o direito de aprender, e se a reclusão implica a perda de alguns direitos, aprender não é um deles.

A maioria dos reclusos apresentam experiências negativas na sua vida resultando da prática de crime, muitas vezes nas suas perspetivas futuras esta uma vida longe do crime e um novo começo, e de forma a prevenir uma reincidência recorrem ao processo

educativo, no entanto nada garante que o sucesso escolar diminua a taxa de reincidência pois existem outros fatores responsáveis pela prática do crime. Interessa referir a importância do papel do professor em contexto prisional, visto que laços sociais e pessoais se vão perdendo, o professor acaba por ter um papel especial no que toca a motivar os reclusos.

A prisão não pode ser encarada apenas como uma forma de punição mas também como um meio de reabilitação do recluso, as opções políticas, legislativas e institucionais tendem a garantir a facilidade de reinserção social. O facto de saber que um indivíduo já esteve preso acaba por ter os seus efeitos negativos na vida de um ex-recluso, o que muitas vezes faz com que estes se questionem em relação ao papel da formação em meio prisional. No entanto, apesar de poder haver um problema na motivação, as formações e ensino em meio prisional, ajudam o recluso a criar hábitos e rotinas assim como competências sociais e profissionais.

A Medicina Legal é um conjunto de conhecimentos médico-psico-biológicos que se aplicam a várias expressões de direito como direito penal, civil, de trabalho e administrativo. Tem como objetivo contribuir para a administração da justiça de forma humana e exata, mantendo sempre a dignidade da pessoa humana. Tem uma perspetiva transdisciplinar e tem diversas áreas de atuação: a medicina forense, que engloba a tanatologia forense, clínica médico-legal e Psiquiatria Forense; e outras ciências forenses, como a genética, biologia, antropologia, odontologia, toxicologia, anatomia patológica, criminalística e psicologia forense.

A Psiquiatria Forense é um dos ramos da medicina forense e a sua importância destaca-se no saber de alterações e desvios comportamentais do Homem, desvios considerados anormais. A Psiquiatria Forense faz um apelo ao comportamento criminal, tentando assim compreender a origem desse comportamento.

Neste trabalho pretendeu-se analisar o grau de escolaridade dos reclusos em sete EP na área do grande Porto: EP do Porto, EP Santa Cruz do Bispo, EP Especial Santa Cruz do Bispo, EP Viana do Castelo, EP Vila Real, EP Braga, EP de Guimarães. São objectivos do estudo compreender de que maneira é que a população reclusa aproveita a oportunidade de estudar fornecida pelo EP, compreendendo assim qual o grau de escolaridade que se encontram a frequentar, e qual o grau de escolaridade concluído dentro do EP.

Procedeu-se a uma distribuição de questionários de forma aleatória nos sete EP dirigindo-os à população reclusa, com o fim de obter o máximo de questionários possível.

Os questionários recolhidos foram sujeitos a análise, optou-se por uma abordagem de método quantitativo, e a análise foi efetuada utilizando um programa de análise estatística de dados SPSS v.18.0.

Os questionários foram distribuídos em seis EP com população reclusa do sexo masculino e um EP com população reclusa do sexo feminino. Assim, foi preciso ter em conta a existência de apenas um EP feminino. Os EP foram selecionados aleatoriamente, e os que se destinaram à distribuição, assim o foram por haver uma resposta dentro do “*timing*” e apenas esse elemento foi considerado. Por não existir mais nenhum EP feminino na grande área do Porto, o estudo realizou-se com apenas um EP com população do sexo feminino, o EP Especial de Santa Cruz do Bispo, desta forma foi também crucial haver um certo limite nos EP com população reclusa do sexo masculino, de forma a não haver uma grande discrepância entre o género feminino e masculino.

Foi importante compreender se os EP selecionados forneciam a oportunidade de aumentar/continuar o grau de escolaridade dos reclusos. Todos os EP selecionados apresentavam esse requisito, exceto o EP de Viana do Castelo, isto é, 73 questionários não foram sujeitos a análise por não se encontrarem dentro dos parâmetros dos outros. Assim os questionários de cinco EP com população reclusa masculina e um com população reclusa feminina foram analisados. Dos questionários recolhidos 59 foram considerados inválidos pois não foram totalmente respondidos e não apresentavam respostas às perguntas essenciais do questionário, o que implica a não compreensão do grau de escolaridade desses reclusos. Isto dá o total de 132 questionários recolhidos que não foram sujeitos a análise, 787 questionários foram analisados estatisticamente.

Os resultados analisam: qual o grau de escolaridade que a população reclusa se encontra a frequentar e que já concluiu dentro do EP; uma comparação entre o sexo feminino e o sexo masculino em relação ao grau de escolaridade que a população reclusa frequenta e conclui dentro do EP; e de que forma o tipo de pena influencia ou não a escolaridade concluída dentro do EP.

Nos nossos resultados apenas foi considerada a população a que o EP deu oportunidade de estudar e aqueles que aproveitaram essa oportunidade. Importa referir que, mesmo que o EP tenha escola e forneça essa oportunidade aos reclusos, existem exceções. Cada EP tem os seus protocolos e regras e muitas vezes por motivos institucionais, não dão essa oportunidade a alguns reclusos. De forma a nos centrarmos unicamente nos nossos objetivos de estudo, essas hipóteses não foram consideradas.

Os nossos resultados mostram:

- i) (Tabela 1) um aumento significativo de população prisional a frequentar o 2º e 3º ciclo, sendo o 3º ciclo o grau de escolaridade com um maior número de população prisional a frequentar, com uma percentagem de 43% do total da população reclusa.
- ii) (Tabela 2) que a maioria da população prisional termina o 2º e 3º ciclo, sendo o 2º ciclo o grau de escolaridade que a maioria da população fica, com uma percentagem de 63% do total da população reclusa.
- iii) (Tabela 3) uma elevada percentagem em ambos os géneros no 2º e 3º ciclo, mais propriamente no 3º ciclo, sendo este o grau de escolaridade que tanto o sexo feminino como o masculino frequentam, com uma percentagem de 31% da população reclusa total do sexo feminino, e 47% da população reclusa total do sexo masculino.
- iv) (Tabela 4) que em ambos os géneros a população reclusa conclui em maior percentagem o 2º ciclo, o total da população reclusa do sexo feminino com uma percentagem de 75% e o total da população do sexo masculino com uma percentagem de 59%. Isto significa que, este é o grau de escolaridade que a maior parte da população reclusa, tanto do sexo feminino como do sexo masculino, completa dentro do EP.

Em termos de grau de escolaridade, tanto o sexo masculino como o sexo feminino encontram-se a frequentar em maioria o 3º ciclo, não se verificou diferenças em termos do grau a frequentar, comparando os géneros. O mesmo acontece com o grau de escolaridade que concluem dentro do EP, tanto o sexo feminino como o sexo masculino concluem, em maioria, o 2º ciclo, assim não se verificou diferenças no grau de escolaridade que a população completa quando se comparam os géneros.

- v) (Tabela 5) que, daqueles que já terminaram a escola dentro do EP, 25% são do sexo feminino e 75% são do sexo masculino. Dos que ainda se encontram a frequentar a escola dentro do EP, 24% são do sexo feminino e 76% são do sexo masculino.
- vi) (Tabela 6) 69% Do total da população reclusa com uma pena até 2 anos, concluiu o 2º ciclo; 63% do total da população reclusa com uma pena de 2 a 5 anos, concluiu o 2º ciclo, embora também seja visível uma percentagem considerável de 28% da população reclusa com o 3º ciclo concluído; 59% do total da população reclusa, com uma pena entre 5 a 10 anos, concluiu o 2º ciclo, embora também seja visível uma percentagem considerável de 29% da população reclusa com o 3º ciclo concluído; 54% do total da população

reclusa com uma pena maior de 10 anos, concluiu o 2º ciclo; e 70% do total da população reclusa com uma pena preventiva, concluiu o 2º ciclo.

Assim, compreende-se que, a maioria dos reclusos que apresentam um maior tempo de pena a cumprir, acabam por concluir o grau de escolaridade até ao 2º ciclo assim como os reclusos que apresentam pouco tempo de pena. Não se mostrou grandes diferenças no grau de escolaridade em função do tipo de pena, apesar de existir uma percentagem de 28 e 29 % da população reclusa com penas entre 2 a 5 anos e 5 a 10 anos respetivamente com o 3º ciclo concluído (Tabela 6). O facto de, muitas vezes, estarem a cumprir uma pena preventiva ou até dois anos faz com que estudar dentro do EP não seja uma opção por estarem a cumprir uma pena relativamente pequena. O próprio EP acaba por fornecer a oportunidade àqueles que têm uma pena maior e acabam por ficar mais tempo dentro do EP, sendo que, os que têm um maior tempo de pena a cumprir acabam por ter prioridade quando se inscrevem na escola relativamente aos que estão sob pena preventiva por exemplo. Um outro aspeto importante é o facto de os reclusos que se encontram em pena preventiva não poderem sair do EP para frequentar o ensino em meio exterior, isto é, os reclusos que se encontram sob pena preventiva, e que tiveram de abandonar o ensino superior para cumprir a pena, e tiverem o gosto de continuar a frequentar a Faculdade, não estão autorizados a sair do EP para a realização de exames ou outro tipo de procedimentos relativos à Faculdade.

Como se mostrou na Tabela 2, a maior parte da população fica com o 2º ciclo concluído. A verdade é que muitos reclusos, em resposta ao questionário, acabavam por escrever as suas opiniões em relação à escola. Depois de recolhidos tive curiosidade em ler alguns dos questionários e a verdade é que, a maior parte deles tem uma boa impressão da escola. Muitos escreveram que gostariam de continuar porém, uma vez que apresentavam problemas a nível financeiro, acabavam por largar a escola porque tinham de trabalhar de forma a ter alguma ajuda monetária, até porque muitos tinham familiares cá fora que também necessitavam de ajuda financeira.

De acordo com a bibliografia os nossos resultados mostram que, existe um maior número de reclusas a frequentar o 3º ciclo, sendo este o grau de escolaridade mais frequentado, e a maioria das reclusas que já não estão a estudar dentro do EP ficaram com o 2º ciclo concluído acabado dentro do estabelecimento. Assim, à semelhança das autoras Silva do Nascimento, A (2009) e Gabriel, D (2007), a maioria da população reclusa do sexo feminino, encontra-se a frequentar o 3º ciclo de escolaridade.

Comparativamente, o sexo masculino frequenta em maior percentagem o 3º ciclo, e os reclusos que já não se encontram a estudar completaram o 2º ciclo dentro do

estabelecimento, sendo que a percentagem de reclusos que ficam sem saber ler ou escrever após estudarem dentro do EP é nula, assim como as reclusas.

Em parte, os nossos resultados fornecem dados originais acerca da escolaridade da população reclusa tanto o sexo feminino como masculino. O grau de escolaridade onde se encontra uma maior percentagem de população reclusa a frequentar é o 3º ciclo, o grau de escolaridade que concluem dentro do EP em maior percentagem é o 2º ciclo.

Este trabalho fornece conhecimentos acerca do que se passa em termos de escolaridade dentro dos EP, sendo a educação um direito inalienável a que todos temos direito, esta é uma ferramenta essencial na vida de todos. Perante isto, pode-se dizer que, duma forma geral, obtém informações sobre o problema específico oferecendo assim, mais ferramentas e informações para uma possível intervenção orientada. A educação é um fator fundamental na reinserção social, sendo uma questão de saúde pública é uma problemática médico-legal.

Conclusão

CONCLUSÃO

Este trabalho contribuiu com dados originais acerca da escolaridade da população reclusa com interesse médico-legal, fornecendo dados relativos ao grau de escolaridade que a maioria da população reclusa se encontra a frequentar ou que já concluiu dentro do EP.

Verificaram-se os objetivos deste trabalho e pode-se concluir pelos resultados obtidos, que a maior parte da população reclusa encontra-se a frequentar o 3º ciclo de escolaridade, e a maioria que já não se encontra a estudar tem o 2º ciclo completo, concluído dentro do EP. Comparando o género da população reclusa não se verificou diferenças em relação ao nível da escolaridade.

Não se averiguou diferenças de nível de escolaridade da população reclusa em função do tipo de pena, assim não existindo grandes discrepâncias, a maioria da população reclusa completou o 2º ciclo dentro do EP mesmo quando se encontram a cumprir diferentes tipos de pena. Desta forma, não se verificou influência do tipo de pena na escolaridade, apesar de existir um numero de população considerável com penas de 2 a 5 anos e 5 a 10 anos que concluíram o 3º ciclo de escolaridade dentro do EP.

Perante isto, pode-se dizer que, o estudo obtém ferramentas essenciais, sobre o problema da escolaridade nos EP, para ser possível uma intervenção orientada.

Neste trabalho foram estudados os géneros e os diferentes tipos de pena da população reclusa, assim, quanto mais informações e dados se obtiver sobre o problema em específico, mais ferramentas serão conquistadas para uma possível intervenção. Sendo a educação um fator de reinserção social, essencial na vida de um indivíduo e um direito do mesmo, trata-se de um problema de saúde pública, sendo essencialmente uma problemática médico-legal.

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - Magalhães C. (2010). Importância médico-legal dos metais pesados no desenvolvimento infantil [dissertação]. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto.
- 2 - Soares LA. (2009). Reinserção e as Prisões: O purgatório na terra – “Estive na prisão e fostes ter comigo”. Verbo Jurídico. 16p.
- 3 - Pinto da Costa J. (2009). Curso Básico de Medicina Legal. Porto: Euedito. 287p.
- 4 - Magalhães T. (2004). Introdução à Medicina Legal. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. [Acesso a 5 de Setembro de 2013]. Disponível em: <http://medicina.med.up.pt/legal/IntroducaoML.pdf>.
- 5 - Gonçalves RA. (2009). Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios. *Análise psicológica*, (XXVIII): p.107-115.
- 6 - Pinto da Costa, D (2010). Introdução às ciências forenses.
- 7 - Oliveira Garrido ACO, Emerich CA, Santiago HLP. & de Oliveira NDFC. (s.d.) Fatores Sociais da Criminalidade.
- 8 - Gabriel, D (2007). (De) Formação de Adultos em Contexto Prisional: Um Contributo [dissertação]. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto.
- 9 - Gralheiro C. O Papel das Associações no Apoio e Assistências Sociais a Reclusos: A Experiência da INTEGRAR. p 165-171. In: Seminário Nacional “Educar o Outro- As questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas”; 2006; Coimbra: Humana Global – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento; 2007.

- 10 - Nascimento AMS. (2009). A Formação Profissional nas prisões. Estudo caso: O curso de Jardinagem EFA B3 [dissertação] Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.
- 11 - Brito EC. (2009). A promoção da leitura em Adultos – percursos pelos trilhos da leitura em cursos de educação e formação de adultos Porto: Instituto de Sociologia. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. IS Working Papers; 33: 25p.
- 12 - Silva A. (2005). Formação, Trabalho e Aprendizagem ao Longo da Vida. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. Centro de Investigação em Educação.
- 13 - Carrito M; Araújo HC. (2011). Insucesso e abandono escolar e a construção social da masculinidade. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto. p. 65-69
- 14 - Sil V. (2004). Alunos em situação de insucesso escolar. Lisboa: Instituto Piaget; 115p.
- 15 - Estanqueiro A. (2010). Boas práticas na Educação – O papel dos professores. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença. 125p.
- 16 - Carvalho M; Taveiro M. (2011). Ser no mundo da escola: Projecto de promoção do clima psicossocial. [Acesso a 5 de Setembro de 2013]. Disponível em: <http://www.dgidec.min-edu.pt/index.php?s=directorio&pid=75>.
- 17 - Santos M. (2014). O Ensino nas Prisões - O exemplo da cadeia de relação do porto no sec. XIX. Revista da Faculdade de Letras; II série, vol. 10, p. 289-300.
- 18 - Gomes C; Duarte M; Almeida J. (s.d.). Crimes, penas e reinserção social: um olhar sobre o caso português. Atas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. p. 27 – 34.
- 19 - Onofre EMC. (s.d.). Educação Escolar De Adultos em Privação de Liberdade: Limites e Possibilidades. UFSCar, 14p.

20 - Albino M. (2007). A Reinserção Social e a Reclusão: Desafios para o século XXI. p. 171 – 179 . In: Seminário Nacional “Educar o Outro- As questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas”; 2006; Coimbra: Humana Global – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento; 2007.

21 - Cunha MP; Cunha Manuela P. (1994). Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários. 213p.

22 - Gonçalves R; Lopes, M. (2007). As mulheres na prisão: implicações para a reprodução da criminalidade. p. 55 – 79. In: Seminário Nacional “Educar o Outro- As questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas”; 2006; Coimbra: Humana Global – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento; 2007.

23 - Direção Geral dos Serviços Prisionais. (2010). Relatório de Atividades. Vol.II. [Acedido a 18 de abril de 2014]. Disponível em: http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/Rel_Actividades/Rel_Act_Vol_II.pdf.

24 - Divisão da Democracia, Direitos Humanos e Trabalho do Departamento de Estado dos E.U.A. (2011). Relatório sobre o Respeito pelos Direitos Humanos em Portugal - 2010. [Acedido em 2 de setembro de 2013]. Disponível em: http://photos.state.gov/libraries/portugal/231771/PDFs/hrr-2010-portugal-portuguese_001.pdf

25 - Malltez Martins, AT (2010) Serviço Social e Privação de Liberdade: qual o serviço social nos estabelecimentos prisionais portugueses? Instituto Politécnico de Beja, Escola Superior de Educação

26 - Rodrigues AL; Rosa AP; Cardoso M; Moreira A. (2007), A questão do género e da reinserção em Três Prisões Portuguesas. p.141 – 157. In: Seminário Nacional “Educar o Outro- As questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas”; 2006; Coimbra: Humana Global – Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento; 2007.

27 - Lopes dos Reis F. (2010). Como elaborar dissertação de mestrado segundo Bolonha. 2 ed. Lisboa: Pactor – Edições de ciências sociais e política contemporânea. 153p.

28 - Gerhardt TE; Silveira DT. (2009). Métodos de pesquisa. 1 ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 114p.